



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE ITAÍ
PARANAPANEMA AVARÉ LTDA.

Relatório Anual Societário e **Regulatório 2022**

Sumário

1 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO SOCIETÁRIO	2
2 Balanço Patrimonial.....	19
3 Demonstração do Resultado do Exercício.....	21
4 Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício.....	24
5 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	25
6 Fluxo de Caixa	27
7 NOTAS EXPLICATIVAS	29
8 Parecer do Conselho Fiscal.....	66
9 Parecer do Auditor Independente.....	67
10 RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO	71
11. Balanço Patrimonial.....	86
12.Demonstração do Resultado do exercício.....	89
13. Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício.....	92
14. Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido.....	93
15. Demonstração do Fluxo de Caixa.....	95
16 NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS	97
17. Notas Conciliatorias Societaria X Regulatoria.....	132
18.Parecer do Conselho Fiscal Regulatório.....	143
19.Parecer do Auditor Independente.....	144

1 Relatório da Administração Societário

Senhoras e Senhores Acionistas / Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa de Eletrificação Rural de Itai Paranapanema Avaré Ltda. – CERIPA - para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

CARTA DO PRESIDENTE

Como nos anos anteriores continuamos no exercício com o trabalho da empresa Moore Stephens Auditores e Consultores - Ribeirão Preto, contratada com a finalidade de realizar ampla auditoria em todas as atividades da Cooperativa e com isso dar total legalidade e transparência aos atos praticados pela Diretoria e funcionários no exercício de suas atividades.

Da mesma forma continuamos com o trabalho da Useall Software Ltda. para manutenção do software de gerenciamento contábil, emissão das faturas de energia elétrica e gerenciamento do sistema elétrico, sempre em conformidade com as regras da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica as quais passamos a aplicar desde o enquadramento como Permissionária de Serviços Públicos.

Continuamos, também, com a empresa GTE Master Consultoria, contratada para aprimorar o atendimento às necessidades regulatórias junto a ANEEL e o Poder Concedente onde entre outros assuntos realizou amplo trabalho de assessoria no processo para a segunda revisão tarifária que ocorreu em 2017 e também para o reajuste anual de tarifa em 2022.

Para dar o suporte adequado e necessário ao setor de Recursos Humanos e Segurança no Trabalho continuamos com o trabalho da empresa ASSESTE CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, com sede em Curitiba – PR, em seu trabalho durante o exercício que finaliza possibilitou que a CERIPA atendesse a todas as obrigações legais como a adequação da ISO 9001 e 9002/2015, procedimentos comerciais em atendimento à Resolução ANEEL N°1000/2021 e na adequação do Manual de Qualidade entre outras atividades.

Continuamos a crescer de forma sustentada, investindo em ampliação de novas redes elétricas e ainda mantivemos a manutenção das redes elétricas e subestações existentes.

Estivemos sempre presentes nas reuniões e encontros promovidos pela ANEEL, nossa Federação - FECOERESP e Confederação – INFRACOOOP, onde fomos bastante participativos na luta em defesa de nossos Cooperados.

No exercício de 2022, como todas as atividades, ainda fomos afetados pela pandemia do Corona Vírus e procuramos manter nossas atividades e conseguimos que nossos cooperados e consumidores não fossem afetados. Prevaleceu a regularidade na distribuição de energia elétrica, apesar do índice de precipitação pluviométrica ficar no primeiro semestre abaixo do normal, o emprego dos equipamentos de irrigação foi dentro do esperado, também nos outros setores ocorreu o consumo de energia de forma regular. Verificamos redução de 2,5% na energia adquirida de nossos supridores, fator relacionado com o aumento das instalações de GD – Geração Distribuída e a migração de consumidores para o mercado livre.

Cabe aqui destacar que a redução no crescimento da energia adquirida foi em razão dos oito consumidores com consumo significativo migrando para o mercado livre e ainda a instalação até o final do exercício de 395 usinas de micro e mini geração com atendimento de 568 unidades consumidoras que recebem os créditos da geração, cuja potência instalada é de 9.613,98 KW (9,61 MW) até o final do exercício.

Na operação do sistema elétrico os resultados, após análise das ocorrências, demonstrou que a maioria dos desligamentos ocorridos nas redes elétricas da CERIPA continuam sendo decorrentes de contato e queda de árvores. A CERIPA realiza constantemente campanha com a distribuição de folhetos explicativos sobre o assunto e ainda vem procurando os proprietários de áreas com grande incidência de árvores para solicitar o manejo destas a fim de evitar o contato com as redes elétricas. Também passamos a aplicar nas linhas onde existe incidência de árvores o cabo protegido no formato de linha compacta com o intuito de evitar o contato direto da vegetação.

Cabe destacar o significativo aumento do número de novas ligações efetuadas durante o ano de 2022, onde registramos o incremento de 12.479,5 KVA de carga, crescimento de 12,5%.

A ANEEL realiza anualmente pesquisa entre os consumidores residenciais para apurar o Índice Aneel de Satisfação do Consumidor - IASC onde avalia o grau de satisfação dos consumidores residenciais com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica. Em 2021 o índice geral apurado da CERIPA foi de 55,23 de satisfação. O índice geral das concessionárias foi de 53, já para 2022 a apuração da pesquisa está em andamento pela ANEEL.

Para o exercício de 2023, continuaremos a implantar as medidas operacionais contratadas junto a ANEEL, dar continuidade nos projetos do setor da distribuição de energia elétrica para garantir o fornecimento e a qualidade do serviço. Daremos início a implantação do projeto para a construção de uma subestação visando a conexão do sistema da CERIPA à rede básica de transmissão em 138 KV que possibilitará a redução de custo da tarifa de demanda adquirida, assim como a interligação da subestação Roncador a Subestação Peter J. Beckers em Campos de Holambra na tensão de 66KV, ainda, a interligação entre Avaré e Itai na Ponte Carvalho Pinto na tensão de 33 Kv. Continuaremos a obra de implantação de nova subestação no Bairro Serrinha em Taquarituba que receberá a energia em 33 KV transformando para 13,8 KV na distribuição. Concluiremos o alimentador que atenderá a referida subestação em 33 KV.

Para nos assessorar na migração para o mercado livre foi contratada a empresa especializada no assunto denominada ÁGORA ENERGIA da cidade de Campinas que passou a fazer gestões junto à CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, CPFL – Santa Cruz e Elektro. Com a migração iniciada em 01 de fevereiro de 2022 a empresa AGORA ENERGIA passou a administrar o suprimento da energia com nossos supridores CPFL e CEMIG.

Destacamos que encerramos o exercício de 2022 com 93 funcionários.

Destacamos, ainda, que a administração da CERIPA fez gestões junto à ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica no processo de reajuste anual de tarifária, que ocorreu em abril de 2022, no sentido de manter o valor das tarifas em patamar inferior ao praticado por outras empresas distribuidoras e Cooperativas de Eletrificação sempre em benefício de nossos cooperados e consumidores.

Mediante o exposto, acreditamos que o exercício em questão foi coroado de êxito, conseguimos construir novas redes, reformulamos partes dos ramais antigos, passamos com saldo em Bancos, conservamos e ampliamos os imóveis, não fizemos empréstimos bancários, aumentamos o numero de ligações e não estamos em atraso com os fornecedores, obrigações sociais e nem com os órgãos municipais, estaduais e federais, nos dias de hoje a CERIPA é considerada uma das maiores Cooperativas de Eletrificação Rural do Brasil.

Agradecemos a todos os associados pela credibilidade, aos funcionários da cooperativa pelos bons serviços prestados e todos aqueles que direta ou indiretamente procuraram colaborar com esta entidade.

Itaí, 31 de dezembro de 2022.

Peter Johannes Beckers

Carta do Contador

Com satisfação, na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da Cooperativa de Eletrificação Rural de Itai Paranapanema Avaré Ltda. - CERIPA, comunicamos aos Senhores Associados a conclusão do exercício de 2022, com alto grau de qualidade, transparência e legalidade.

A nossa Empresa, primou, em 2022, pelos conceitos de transparência, detalhando as contas contábeis ao extremo, evitando qualquer contabilização a título de "outros" e "diversos", e apresenta, de forma clara seu resultado, valorizando assim sua atuação como Empresa de Serviço Público.

Vale salientar que, na questão Regulatória, a ANEEL têm intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré análise dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional. Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados foram enviados tempestivamente e aprovados nessa pré-análise realizada pela ANEEL.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos Srs. Associados que a seguir constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições de V.Sas. tomarem todas as decisões para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício

Kleber Daniel da Silva
Contador - CRC 1SP181385/O-4

Cenário

A Cooperativa de Eletrificação Rural de Itai Paranapanema Avaré Ltda. – CERIPA - atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de quase 60 anos de existência.

Em 2022 tivemos um reflexo negativo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial com um decréscimo de 57,23% com relação à 2021. O consumo do setor rural também foi representativo, atingindo o patamar de -8,67% em relação a 2021. Somada, a demanda dos dois setores representa 65,89% de toda a energia comercializada pela Outorgada em 2022.

Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica.

Distribuição

A Outorgada distribui energia elétrica em 11 dos 645 municípios do Estado, o que representa 1,71% dos consumidores do Estado de São Paulo. No ano de 2020 passou a fazer o atendimento a consumidores livres em sua área de permissão.

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano, 1.533 novas ligações com destaque para 1.411 residenciais e 75 rurais, totalizando 14.133 consumidores atendidos pela Outorgada, número 12,17 % superior ao de 2021.

Número de Consumidores

Consumidores	2018	2019	2020	2021	2022
Residencial	8.030	8.455	9.033	9.156	10.567
Comercial	553	571	588	564	597
Industrial	37	38	39	36	43
Rural	2.558	2.602	2.677	2.718	2.793
Poderes Públicos	59	59	56	55	57
Iluminação Pública	42	43	50	50	53
Serviço Público	19	19	19	21	23
Total	11.298	11.787	12.462	12.600	14.133
Variação	5,38%	4,33%	5,73%	1,11%	12,17%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2022 foi de 152,03 GWh (166,05 GWh em 2021).

O segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foi o Industrial. Esta classe foi a que teve maior queda, com 57,23% de redução no consumo de energia elétrica.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

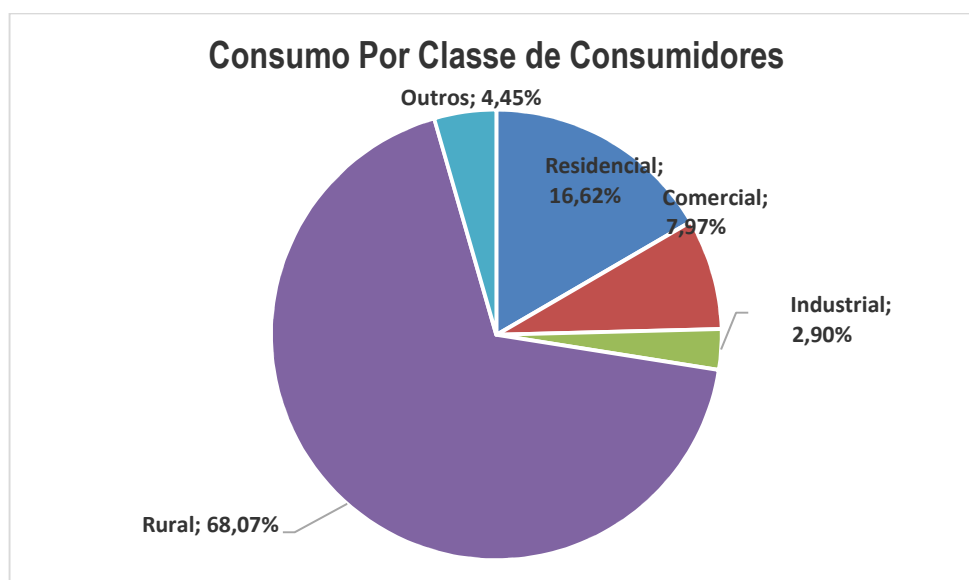
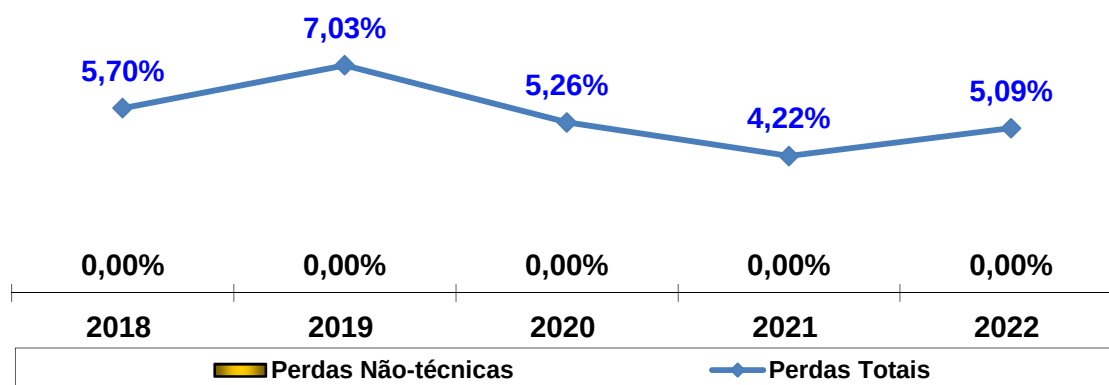
Mercado Atendido - GWh	2018	2019	2020	2021	2022
Energia Faturada	138,20	162,96	167,80	166,05	152,03
Fornecimento	138,20	162,96	167,80	166,05	152,03
Residencial	18,81	19,84	23,36	24,31	25,26
Comercial	13,22	14,33	13,93	11,73	12,11
Industrial	14,02	16,63	16,73	10,31	4,41
Rural	86,30	106,45	107,76	113,30	103,48
Poderes Públicos	1,87	1,96	1,79	1,90	2,00
Iluminação Pública	1,82	1,55	2,05	2,33	2,41
Serviço Público	2,16	2,20	2,18	2,17	2,36
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	8,81	18,57
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	8,81	18,57
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	138,20	162,96	167,80	174,86	170,60
Variação	0,99%	7,92%	2,97%	4,21%	-2,44%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução negativa de 5,09% de 2021 para 2022.

Balanço Energético

Energia Requerida - GWh	2018	2019	2020	2021	2022
Venda de Energia	162,96	167,80	167,80	166,05	152,03
- Fornecimento	162,96	167,80	167,80	166,05	152,03
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	8,81	18,57
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	162,96	167,80	167,80	174,86	170,60
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Perdas na Distribuição	9,85	12,68	9,32	7,71	9,14
Perdas Técnicas	9,85	12,68	9,32	7,71	9,14
Perdas não Técnicas - PNT	-	-	-	-	-
PNT / Energia Requerida %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Perdas Totais - PT	9,85	12,68	9,32	7,71	9,14
PT / Energia Requerida %	5,70%	7,03%	5,26%	4,22%	5,09%
Total	172,81	180,48	177,12	182,57	179,74

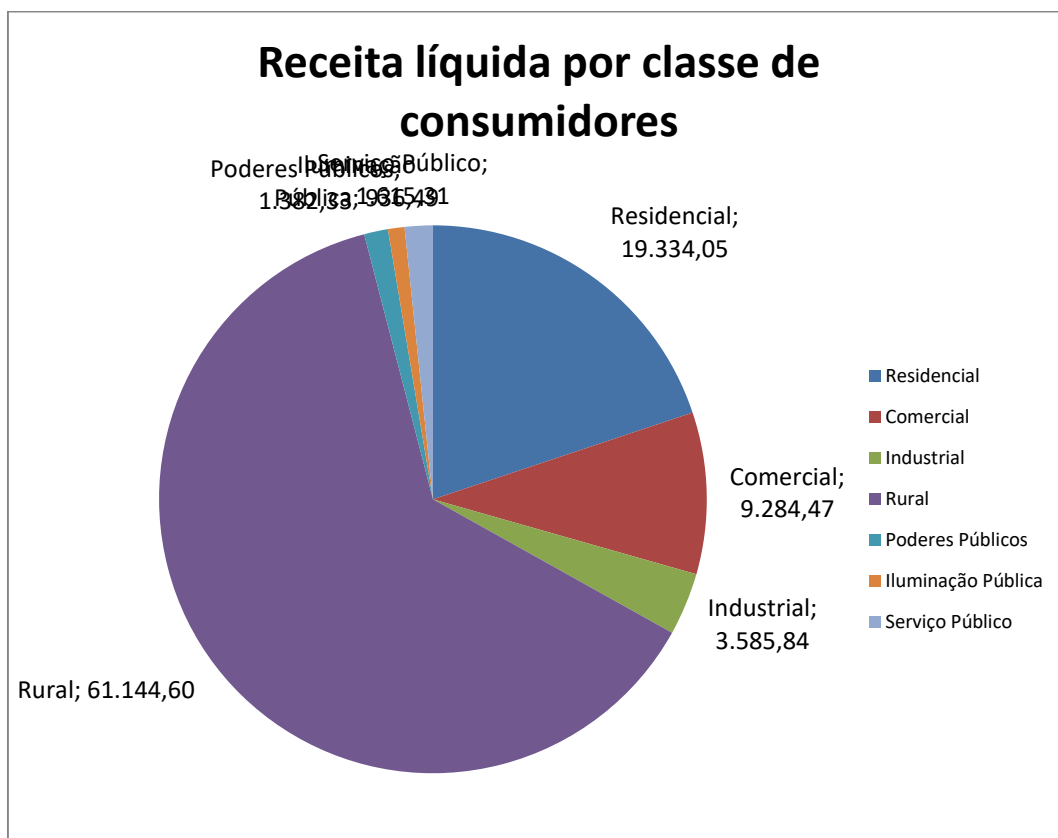
Perdas Totais (%)



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 97.283,09 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil

Classe	2022	2021	%
Residencial	19.334,05	17.739,75	8,99%
Comercial	9.284,47	8.984,47	3,34%
Industrial	3.585,84	6.269,59	-42,81%
Rural	61.144,60	60.450,38	1,15%
Outros	3.934,13	3.647,92	20,35%
Poderes Públicos	1.382,33	1.304,75	5,95%
Iluminação Pública	936,49	956,09	-2,05%
Serviço Público	1.615,31	1.387,08	16,45%
Total	97.283,09	97.092,11	0,20%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2022 apresentou um crescimento de 12,17% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe	2022	2021	Var %
Residencial	10.567	9.156	15,41%
Comercial	597	564	5,85%
Industrial	43	36	19,44%
Rural	2.793	2.718	2,76%
Outros	133	126	19,16%
Poderes Públicos	57	55	3,64%
Iluminação Pública	53	50	6,00%
Serviço Público	23	21	9,52%
Total	14.133	12.600	12,17%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2022, atingiu R\$ 789,47/MWh, com aumento de 16,43% com relação a dezembro de 2021. Por meio da Resolução ANEEL nº 3.029 de 26 de Abril de 2022, a Outorgada foi autorizada a aplicar reajuste da ordem de - 9,92% a seus consumidores.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh
Residencial	901,38
Comercial	893,09
Industrial	898,85
Rural	591,07
Outros	662,95

Tarifa por faixa de Consumo	KWh	KWh	KWh	KWh
Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo	0 - 30 KWh	31 - 100 KWh	101 - 220 KWh	221 acima KWh
Tarifas Brutas	0,23	0,35	0,52	0,55

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Outorgada em números	2022	2021	%
Atendimento			
Número de consumidores	14.133	12.600	12,17%
Número de empregados	93	86	8,14%
Número de consumidores por empregado	152	147	3,73%
Número de localidades atendidas	11	11	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	1	1	0,00%
Mercado			
Área de Permissao (Km²)	3.741	3.741	0,00%
Geração própria (GWh)	-	-	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	52,15	52,15	0,00%
Distribuição direta (GWh)	0,19	0,19	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	24.785	24.312	1,95%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	789,47	678,05	16,43%
Total (exceto curto prazo)			0,00%
Residencial	901,38	837,58	7,62%
Comercial	893,09	819,63	8,96%
Industrial	898,85	742,17	21,11%
Rural	591,07	470,61	25,60%
Suprimento	450,20	440,05	2,31%
DEC (horas)	13,64	18,72	-27,14%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	-	-	#DIV/0!
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	12.000	10.000	20,00%
FEC (número de interrupções)	7,02	8,02	-12,47%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	0,02	0,02	0,00%
Operacionais			
Número de usinas em operação	-	-	0,00%
Número de subestações			0,00%

	14,00	13,00	
Linhas de transmissão (Km)	-	-	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	2.738	2.866	-4,47%
Capacidade instalada (MW)	240,5	224,9	6,94%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	142.031,03	139.872,63	1,54%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	114.853,32	108.161,62	6,19%
Margem operacional do serviço líquida (%)	23,66%	29,32%	-19,29%
EBITDA OU LAJIDA	18.594,90	16.131,95	15,27%
Lucro líquido (R\$ mil)	16.729,44	11.370,11	47,14%
Lucro líquido por mil cotas	16,73	11,37	47,14%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	208.245,52	183.655,05	13,39%
Valor patrimonial por cota R\$	123,22	103,58	18,96%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	8,03%	6,19%	29,76%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	2,80%	3,18%	-11,81%
Em moeda nacional (%)	2,80%	3,18%	-11,81%
Em moeda estrangeira (%)	-	-	0,00%
Indicadores de Performance			
Sálario Médio dos Funcionarios	6,60	6,01	9,82%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	765,32	2.166,01	-64,67%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	5,04	14,78	-65,93%
Retorno de ativos por unidade	0,06	0,05	20,00%

Tecnologia da informação

Seguindo o processo de modernização dos últimos anos, a CERIPA segue na atualização de seu sistema comercial e de gestão interna, contando com novas ferramentas de banco de dados e métodos mais aprimorados. Conta também com equipamentos mais modernos, primando por aquisições menos nocivos à saúde e contribuindo para o meio ambiente com equipamentos que possuem normas aprovadas por órgãos ambientais.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2022, as sobras líquidas foi de R\$ 16.729,44 mil, contra R\$ 11.370,11 mil em 2021, um acréscimo de 47,14%. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e Fiscal. A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos. Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 16.729,44 mil

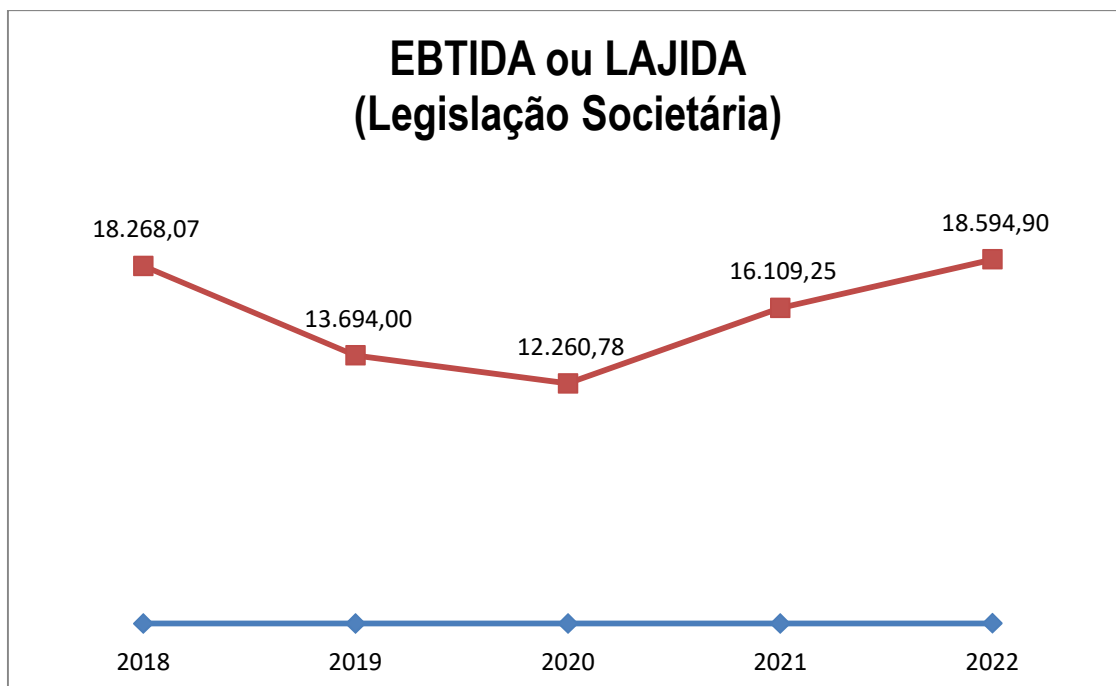
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ 16.516,76 mil

RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 8.433,58 mil

A Receita Operacional líquida atingiu R\$ 114.853,32 mil, enquanto em 2021 situou-se em R\$ 108.161,62 mil.

As despesas operacionais totalizaram em 2022 R\$ 31.878,96 mil, 10,98% superiores em relação à 2021. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 8,03% contra 6,19% em 2021.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 18.594,90 mil, superior em 15,43% a 2021, que foi de R\$ 16.109,25 mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos temporários: Em 2022, os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 6.294,62 mil, 16,84% superiores em relação à 2021.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% de Reserva para FATES, sendo que o lucro líquido com não associados sua destinação é 100% para o FATES.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Outorgada ou permissionária era de R\$ 24.084,38 mil, composto por 24.084,38 mil de quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Atendimento a acionistas: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus

cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou telefone da empresa.

Gestão

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total: Em 2022, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão, e reuniões relacionadas com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas da Empresa. Recebemos periodicamente consultoria que analisa, na prática, nossos processos, e, apresenta orientação para que nossas rotinas estejam de acordo com a Gestão pela Qualidade, permitindo nossa re-certificação.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Outorgada. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Outorgada.

Itaí (SP), 28/04/2023.

A Administração

2.

Balço Patrimonial

	Consolidado	
	2022	2021
Ativos		
Ativo Circulante	105.623,02	87.694,98
Caixa e equivalentes de caixa	80.057,28	61.580,12
Consumidores	11.960,76	15.298,15
Concessionárias e permissionárias	(123,56)	(103,84)
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	4.818,80	1.513,50
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	904,08	1.515,06
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	3.449,02	3.583,51
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	4.556,64	4.308,48
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	129.185,27	118.245,61
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	1.291,28	1.143,34
Depósitos judiciais e cauções	41,60	41,60
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	-	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	6.294,62	5.426,81
Imobilizado	-	-
Intangível	121.557,77	111.633,86

Total do ativo	234.808,29	205.940,59
-----------------------	-------------------	-------------------

Passivo

Passivo Circulante	22.243,63	18.456,97
Fornecedores	6.473,15	9.465,91
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.402,22	-
Obrigações sociais e trabalhistas	1.322,19	1.477,77
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	510,82	329,63
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	1.484,61	4.703,42
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	4.352,88	743,95
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	5.697,76	1.736,29
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	4.319,14	3.828,57
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	3.356,06	2.865,49
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	963,08	963,08

Total do passivo	26.562,77	22.285,54
-------------------------	------------------	------------------

Patrimônio líquido	208.245,52	183.655,05
Capital social	24.084,38	21.330,95
Reservas de capital	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	171.012,88	152.988,21
Sobras à disposição da Assembleia	13.148,26	9.335,89
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-

Total do patrimônio líquido	208.245,52	183.655,05
------------------------------------	-------------------	-------------------

Total do passivo e do patrimônio líquido	234.808,29	205.940,59
---	-------------------	-------------------

3. Demonstração do Resultado do Exercício

Consolidado	
2022	2021

Operações em continuidade

Receita / Ingresso	142.031,03	139.872,63
Fornecimento de energia elétrica	38.268,23	51.289,81
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	69.529,60	57.778,69
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(1.933,44)	(276,57)
Serviços cobráveis	174,16	160,74
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	35.992,48	30.919,96
Outras receitas	-	-

Tributos	(9.722,27)	(11.700,33)
ICMS	(7.191,20)	(9.003,87)
PIS-PASEP	(450,74)	(480,19)
Cofins	(2.080,33)	(2.216,27)
ISS	-	-

Encargos - Parcela "A"	(17.455,44)	(20.010,68)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(12.518,52)	(9.137,60)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(261,39)	(244,23)
Outros encargos	(4.675,53)	(10.628,85)

Receita líquida / Ingresso líquido	114.853,32	108.161,62
---	-------------------	-------------------

Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(71.174,42)	(69.792,97)
Energia elétrica comprada para revenda	(71.174,42)	(69.792,97)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

Resultado antes dos custos gerenciáveis	43.678,90	38.368,65
--	------------------	------------------

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(31.878,96)	(28.723,82)
Pessoal e administradores	(9.440,96)	(10.194,89)
Material	(1.411,01)	(1.495,85)
Serviços de terceiros	(9.026,17)	(7.019,68)
Arrendamento e aluguéis	(718,85)	(620,21)
Seguros	(17,55)	(15,17)
Doações, contribuições e subvenções	-	(96,00)
Provisões	(618,74)	(343,44)
Perdas na alienação de bens e direitos	(5.064,28)	(2.834,68)

(-) Recuperação de despesas	510,72	1.032,01
Tributos	(102,32)	(79,74)
Depreciação e amortização	(6.559,58)	(6.251,74)
Gastos diversos	(826,50)	(238,79)
Outras Receitas Operacionais	2.483,27	801,74
Outras Despesas Operacionais	(1.086,99)	(1.367,38)

Resultado da Atividade	11.799,94	9.644,83
-------------------------------	------------------	-----------------

Equivalência patrimonial	-	-
---------------------------------	----------	----------

Resultado Financeiro	7.772,92	2.538,26
Despesas financeiras	(374,53)	(380,18)
Receitas financeiras	8.147,45	2.918,44

Resultado antes dos impostos sobre os lucros	19.572,86	12.183,09
---	------------------	------------------

Despesa com impostos sobre os lucros	(2.843,42)	(812,98)
---	-------------------	-----------------

Resultado líquido das operações em continuidade	16.729,44	11.370,11
--	------------------	------------------

Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-

Resultado líquido do exercício	-	-
---------------------------------------	----------	----------

Atribuível aos:

Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-

Lucro por ação	0,91	0,62
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,91	0,62
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
---	----------	----------

básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

4. Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício

	Consolidado	
	2022	2021
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

Observação: O modelo apresentado acima demonstra os efeitos tributários de forma individual, de forma que nenhuma divulgação adicional em nota explicativa é requerida.

5. DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/P da
Saldo em 31 de dezembro de 2020	19.882,96	34,72	-	-	-	136.609,36	
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	
Aumento de capital social	(248,17)	-	-	-	-	-	
Realização de reservas	-	-	-	-	-	(96,00)	
Destinações	1.696,16	-	-	-	-	-	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	(34,72)	-	-	-	-	
Reserva legal	-	-	-	-	-	1.098,34	
FATES	-	-	-	-	-	1.031,89	
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	
Dividendo	-	-	-	-	-	-	
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	14.344,62	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	21.330,95	-	-	-	-	152.988,21	
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	

Aumento de capital social	(186,02)	-	-	-	-	-	
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	
Destinações	2.939,45	-	-	-	-	-	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	-	-	-	-	1.547,00	
FATES	-	-	-	-	-	2.034,17	
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	
Dividendo	-	-	-	-	-	-	
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	14.443,50	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.084,38	-	-	-	-	171.012,88	

6. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.764,24	23.043,95
Fornecimento de Energia	102.437,47	109.068,50
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	5.360,36	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	35.992,48	30.919,96
Outros Recebimentos Operacionais	77.294,99	80.855,51
Fornecedores - Materiais e Serviços	(33.608,98)	(29.253,91)
Fornecedores - Energia Elétrica	(120.731,61)	(129.401,43)
Salários e Encargos Sociais	(11.069,61)	(10.044,13)
Tributos sobre a Receita - Federais	(2.540,76)	(2.764,29)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(6.644,72)	(8.843,08)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	(3.081,00)	(922,73)
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(24.644,38)	(16.570,45)
Outras Despesas Operacionais	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.689,30)	(15.952,01)
Aquisição de Participações Societárias	-	-
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	(2.689,30)	(15.952,01)
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Proventos Recebidos	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	16.074,94	7.091,94
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2.402,22	-
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	2.402,22	-

Empréstimos e Financiamentos Pagos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	18.477,16	7.091,94
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18.477,16	7.091,94
 DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	 18.477,16	 7.091,94
No início do exercício	61.580,12	54.488,18
No fim do exercício	80.057,28	61.580,12

7 Notas Explicativas

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Contexto Operacional

A Cooperativa de Eletrificação Rural de Itaipu Paranapanema Avaré Ltda. – CERIPA - é uma cooperativa, destinada a explorar a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

Das Permissões

A CERIPA detém concessão válida até o ano 2038, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica no Município de Itaipu, Estado de São Paulo, conforme contrato de Permissão No 004/2008 assinado em 12/06/2008 e conforme o Quarto Termo Aditivo, assinado em 15/04/2021. Atualmente, (base Dezembro/2022), possui 14.133 consumidores, sendo 19,76% de consumidores rurais e 80,24% de outras classes, perfazendo um total de 100,00% de consumidores. Em 2022 passamos a atender mais 40 “Consumidores Livres”. O prazo concedido neste contrato com o Poder Concedente tem sua vigência do dia 12/06/2008 até o dia 12/06/2038.

Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo

Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017.

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ 61.050,86 mil (R\$ 55.082,44 mil em 2021) e para Ativos Financeiros de R\$ 60.329,88 mil (R\$ 56.551,42 mil em 2021).

Durante o exercício de 2015, a ANEEL em conjunto com vários outros Órgãos, teve sucesso na possibilidade de reconhecimento dos Ativos e Passivos Regulatórios na Contabilidade Societária, com contabilização retrospectiva. Tal fato poderia ser colocado em prática, segundo o IFRS, desde que:

- 1) Fosse assinado entre o agente de Distribuição de Energia Elétrica e o Poder Concedente, Aditivo Contratual prevendo a indenização ou devolução de tais valores ao final da Concessão, quando aplicado a Reversão de Ativos;

- 2) Que os mesmos tivessem uma denominação mais adequada à Contabilidade Societária.

Cumprido todas as condições acima, a CERIPA, procedeu ao reconhecimento contábil de tais valores no seu Balanço Societário, de forma retrospectiva, diminuindo de forma muito benéfica a diferença de resultados entre a Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal.

Os procedimentos acima citados foram orientados oficialmente através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com a emissão da Orientação Técnica OCPC-08.

Desta forma, para o exercício de 2022, reconhecemos os seguintes valores:

Ativos Financeiros Setoriais: 3.449,02 R\$/MIL .

Passivos Financeiros Setoriais: 4.352,88 R\$/MIL

Principais Práticas Contábeis

Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2022, contabilizado com base no regime de competência.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

Imposto de renda diferido

A Cooperativa de Eletrificação Rural de Itai Paranapanema Avaré Ltda. – CERIPA - não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2022 ou anterior.

Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

Estrutura das demonstrações contábeis

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009 e 4.991/2011, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os sub-grupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Conforme Ofício Circular 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE .

Adicionalmente, conforme Despacho SFF/ANEEL No. 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013, 4.413/2013, 4.786/2014, 245/2016, 3.371/2016 e 4.356/2017 estão sendo publicadas em separado as Demonstrações Contábeis Regulatórias, compostas de: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO, BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO, DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO REGULATORIO, DEMONSTRAÇÃO DA

MUTAÇÃO DO PATRIMONIO LIQUIDO REGULATORIO, NOTAS EXPLICATIVAS REGULATÓRIAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.

Vale destacar, também, a apuração e publicação, em Nota Explicativa do presente Balanço, o "Balanço Fiscal", composto das peças: BPF - Balanço Patrimonial Fiscal, composto dos quadros do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração do Resultado do Exercício Fiscal, e, DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal, expresso na Nota No. 44, abaixo.

Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários.

A Permissionária possui o montante de R\$ 80.057,28 (Reais/mil) em Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados conforme demonstrado a seguir:

Instituição	Tipo de conta	Legislação societária	
		2022	2021
CERIPA	Caixa	1,00	1,00
Banco do Brasil	Conta Corrente	237,26	378,77
Banco Bradesco	Conta Corrente	1.505,03	215,39
Caixa Econômica Federal	Conta Corrente	657,42	441,42
Banco Santander	Conta Corrente	0,80	3,68
Banco Itaú	Conta Corrente	3,11	41,67
Crediceripa (SICOOB)	Conta Corrente	2,79	8,47
Crediceripa (SICOOB)	Fundos de Investimento	56.134,14	48.575,85
Banco Santander	Aplicação CDB	380,66	341,24
Banco do Brasil	Aplicação CDB	3,99	3,67
Caixa Econômica Federal	Aplicação CDB	19.054,27	11.420,79
Banco Itaú	Aplicação Aut Mais	164,95	148,16
Banco Bradesco	Aplicação CDB	1.911,86	0,00
Total		80.057,28	61.580,12

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2021 e 2020, estão assim elencados, a seguir:

	Legislação societária	
	2022	2021
Consumidores		
Faturados	11.006,48	12.066,60
Não faturados	2.513,78	3.241,12
(-) PDD	(1.559,50)	(9,57)
Sub Total	11.960,76	15.298,15
Concessionárias	-123,56	-103,84
Permissionárias	0,00	0,00
Comercialização no âmbito do CCEE	0,00	0,00
Sub Total	-123,56	-103,84
Total	11.837,20	15.194,31

Composição das Contas a Receber

D E S C R I Ç Ã O	VALORES CORRENTES						
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	
Fornecimento de Energia	13.386,67	-	806,39	323,35	-	-	(2.555,65)
Residencial	4.257,44	-	481,40	153,58	-	-	(1.277,69)
Industrial	671,33	-	79,84	74,15	-	-	(128,16)
Comercial	1.480,68	-	136,87	54,14	-	-	(282,67)
Rural	4.067,94	-	106,91	40,60	-	-	(776,61)
Poderes Públicos	122,57	-	-	-	-	-	(23,39)
Iluminação Pública	139,54	-	1,37	0,88	-	-	(26,63)
Serviço Público	195,13	-	-	-	-	-	(37,25)
Serviço Taxado	17,05	-	-	-	-	-	(3,25)
Fornecimento Não Faturado	2.513,79	-	-	-	-	-	-
(-) Arrecadação Processo Classif .	(78,80)	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-

Encargos de Uso da Rede Elétrica	(123,56)	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-
Total	13.263,11	-	806,39	323,35	-	-	(2.555,65)

VALORES RENEGOCIADOS					Total 2022	Total 2021
RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				
Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
-	-	-	164,70	(164,70)	11.960,76	15.298,15
-	-	-	109,20	(109,20)	3.614,73	1.182,82
-	-	-	50,30	(50,30)	697,16	689,14
-	-	-	5,20	(5,20)	1.389,02	2.596,18
-	-	-	-	-	3.438,84	6.701,62
-	-	-	-	-	99,18	174,50
-	-	-	-	-	115,16	638,03
-	-	-	-	-	157,88	151,19
-	-	-	-	-	13,80	-
-	-	-	-	-	2.513,79	3.241,12
-	-	-	-	-	(78,80)	(76,45)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	(123,56)	(103,84)
-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	164,70	(164,70)	11.837,20	15.194,31

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

- A Provisão para Devedores Duvidosos em 2022 (R\$ 1,559,50 mil) aumentou em relação ao ano de 2021 (R\$ 9,57 mil).

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 1119.1.09, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a ser reembolsado pela CCEE, via Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Redução Equilibrada de Tarifas publicada pela ANEEL em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental.

Tais subsídios à receber, em dezembro/2022, importavam em: 3.157,86 R\$/MIL.

Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário:

	Legislação Societária	
	2022	2021
Em Serviço Societário	104.017,04	97.501,23
Em Curso Societário	17.363,70	14.132,63
Ativo Financeiro da Concessão	-60.329,88	-56.551,42
Ativo Intangível da Concessão	0,00	0,00
Ativo Intangível em Curso	-	-
Reavaliação Regulatória Compulsória	3.682,79	3.931,36
Sob Total	64.733,65	59.013,80
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	-963,08	-963,08
Sub Total	-963,08	-963,08
Total	63.770,57	58.050,72

Ativo Imobilizado Societário	0,00	0,00
Ativo Imobilizado Regulatório	63.770,57	58.050,72

A partir de 2011, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para

Os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05. onde:

“De acordo com os contratos de concessão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação

dos serviços públicos.”

- Ativo intangível

Foi reclassificado para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão do serviços público conforme abaixo

	Custo	Depreciação e/ou Amortização Acumulada	Valor Líquido 2022	Valor Líquido 2021
Intangíveis				
Em Serviço	410,68	-236,55	174,13	174,13
Em Curso	2,90	0,00	2,90	2,90
Total	413,58	-236,55	177,03	177,03

Ativo e Passivo Setorial Financeiro

Em 31 de Dezembro de 2022, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2022	Vls. em Amortização	Vls. em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	3.583,51	9.499,88	(9.634,37)	-	-	3.449,02	-	3.449,02	3.449,02	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	981,32	3.087,07	(2.612,55)	-	-	1.455,84	-	1.455,84	1.455,84	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	2.602,19	6.412,81	(7.021,82)	-	-	1.993,18	-	1.993,18	1.993,18	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	3.583,51	9.499,88	(9.634,37)	-	-	3.449,02	-	3.449,02	3.449,02	-

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2022	Vls. em Amortização	Vls. em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	743,95	7.433,89	(3.824,96)	-	-	4.352,88	-	4.352,88	4.352,88	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	363,22	2.808,06	(2.093,22)	-	-	1.078,06	-	1.078,06	1.078,06	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	380,73	4.625,83	(1.731,74)	-	-	3.274,82	-	3.274,82	3.274,82	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	743,95	7.433,89	(3.824,96)	-	-	4.352,88	-	4.352,88	4.352,88	-

Fornecedores

	Legislação societária	
	2022	2021
Cia Jaguari de Energia - CPFL	650,70	8.915,19
Provisões	4.918,54	0,00
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica	5.569,24	8.915,19
Fornecedores de Energia Elétrica – CCEE	402,68	0,00
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica CCEE	402,68	0,00
Materiais e Serviços	501,23	550,72
Sub Total - Materiais e Serviços	501,23	550,72
Total	6.473,15	9.465,91

Empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária				
	Longo				Total
	Circulante		Prazo		
	Principal	Encargos	Principal	2022	
Moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moeda Nacional	2.402,22	0,00	0,00	2.402,22	0,00
Total	2.402,22	0,00	0,00	2.402,22	0,00

Encargos Setoriais

Demonstramos abaixo os Encargos Setoriais sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2022 e 2021.

	2022	2021
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	0,00	0,00
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	0,00	0,00
Taxa de fiscalização – ANEEL	22,35	20,07
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.171,25	787,14
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	0,00	0,00
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	0,00	0,00
Proinfa	0,00	0,00
Encargo de Energia de Reserva - ERR	291,01	0,00
Bandeiras Tarifárias a Recolher	0,00	3.896,21
Total	1.484,61	4.703,42

Tributos Compensáveis - Longo Prazo

A CERIPA possui créditos referentes a tributos e contribuições Sociais no Longo Prazo no valor de R\$ 1.291,28 mil referente a ICMS sobre compra de ativo imobilizado em 48 avos.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CERIPA no exercício de 2022 e anteriores.

Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2021	-	2.660,29	205,20	-	-	-	2.865,49
Constituição	-	481,57	-	-	-	-	481,57
Baixas/reversão		-	-	-	-	-	-
Atualização	-	-	9,00	-	-	-	9,00
Saldos em 31/12/2022	-	3.141,86	214,20	-	-	-	3.356,06

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	0,00	715,55	-	-	715,55
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	602,39	-	-	602,39
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	113,16	-	-	113,16
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	0,00%	282,25	-	-	282,25
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	282,25	-	-	282,25
(-) Amortização Acumulada - AIS	0,00	(34,72)	-	-	(34,72)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	(34,72)	-	-	(34,72)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-

Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	0,00%	963,08	-	-	963,08

Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 representa R\$ 24.084,38 (Reais/mil), sendo composto por 24.084,38 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 1,00 cada, com a seguinte composição:

Cooperados	Cotas	%
NILTON MAIA SAMPAIO	10,00	0,04%
JOÃO BATISTA CARDOSO	10,00	0,04%
JOSÉ CARLOS FERNANDEZ	10,00	0,04%
NICOLAAS PETRUS PLECHELMUS VELDT	10,00	0,04%
DEMAIS COOPERADOS	24.044,38	99,83%
Total	24.084,38	100,00%

Reserva de Capital, Reserva de Lucros e Reserva de Sobras

A composição das Reservas de Capital, Reserva de Lucros e Reserva de Sobras, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

Reservas de Capital

	2022	2021
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	-	-
Total	-	-

Reservas de lucros

	2022	2021
Reserva legal	-	-

Lucros a realizar	-	-
Reservas Estatutárias	-	-
Reserva para investimentos	-	-
Total	-	-

Reservas de Sobras

	2022	2021
Reserva legal	28.029,22	26.482,22
FATES	13.324,14	11.289,97
Fundo de Desenvolvimento	126.417,94	112.538,63
Reserva Especial	2.415,53	1.851,34
Reservas Estatutárias	826,05	826,05
Total	171.012,88	152.988,21

	2022	2021
Capital Social	24.084,38	21.330,95
Sobras e Perdas a Disposição da Assembléia	13.148,26	9.335,89
Total do Patrimônio Líquido	208.245,52	183.655,05

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2022 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2022 não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio.

Fornecimento de Energia Elétrica e Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição

	N° de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
Receita Bruta	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Fornecimento - Faturado	14.133	12.600	152.020	166.049	103.164,75	105.288,02
Residencial	10.567	9.156	25.259	24.312	22.768,01	22.294,95
Industrial	43	36	4.409	10.312	3.963,03	7.490,26
Comercial	597	564	12.105	11.731	10.810,88	10.764,37
Rural	2.793	2.718	103.475	113.298	61.161,66	60.478,31
Poder público	57	55	2.004	1.897	1.426,72	1.352,94
Iluminação pública	53	50	2.413	2.326	1.135,60	1.198,04
Serviço público	23	21	2.355	2.173	1.898,85	1.709,15
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	48	8	18.574	8.814	69.529,60	57.778,70
Consumidores Cativos	-	-	-	-	64.169,24	54.996,85
Consumidores Livres	48	8	18.574	8.814	5.360,36	2.781,85
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(64.169,24)	(54.996,85)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatorias	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	(64.169,24)	(54.996,85)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	-	-
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	(727,28)	998,63
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	-	-
Total	14.181	12.608	170.594	174.863	107.797,83	109.068,50

OBS: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo + Demanda + Fator de Potência + ICMS+PIS + COFINS.

Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

No exercício de 2021 a CERIPA não efetuou operações de compra e venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Contratamos para o exercício de 2022 o montante de 52,86 MWh com a CPFL Santa Cruz. Já com a ELEKTRO não contratamos energia. Para completar e atender a necessidade da CERIPA foi utilizada a energia contratada no Mercado Livre, cuja supridora foi a empresa CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.. O total de energia adquirido de nossos fornecedores foi de 186,19 MWh.

Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Quantidade MWh		Legislação societária	
	2022	2021	Reais Mil	
			2022	2021
ELEKTRO / CPFL / CCEE (CEMIG)	239,05	186,27	68.747,34	68.345,15
PROINFA	0,00	0,00	2.427,08	1.447,82
Total	239,05	186,27	71.174,42	69.792,97

Custos Gerenciáveis – Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	2022	2021
Pessoal	8.670,13	9.503,39
Remuneração	3.238,96	4.644,96
Encargos	2.876,44	2.724,45
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	120,18	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	2.328,75	2.012,53
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	105,80	121,45
Administradores	770,83	691,50
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	770,83	691,50
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	9.440,96	10.194,89

Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício são demonstradas a seguir:

	2022	2021
Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	19.360,18	11.947,71
Ajustes Efeitos IFRS	212,68	235,38
Lucro Ajustado	19.572,86	12.183,09
Ajustes Lalur	(11.139,28)	(9.721,39)
Base de Calculo Fiscal	8.433,58	2.461,70
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	2.843,42	812,98
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	2.843,42	812,98

Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Não houve plano previdenciário e outros benefícios no exercício de 2022 e 2021, a não ser o Plano de Saúde junto à Unimed.

Transações com Partes Relacionadas

A título de remuneração da diretoria “chave – administrativa” do pessoal da administração, foram pagos durante o exercício:

Legislação societária

	2022	2021
Remuneração	690,80	690,80
Total	690,80	690,80

Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2022 e 2021, exceção feita a aplicações a curto prazo nos dois exercícios, devidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário que expressa o mesmo valor contábil.

Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A CERIPA não participou de Programa de Recuperação Fiscal REFIS, no exercício de 2022 e 2021.

Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da Vigência	Importância Segurada	Prêmio
Veículos	29/06/2022 a 28/06/2023	Tabela FIPE	7.815,29

Eventos Subsequentes

Revisão Tarifária pelos critérios do Módulo Pró-RET 8.4 – 2020.

Durante os estudos para a formação da metodologia e regra para a Segunda Revisão Tarifária das Permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, a ANEEL tomou a decisão de verificar toda a demanda de solicitações de mudanças do Setor Cooperativista, e, com essa verificação encerrar o prazo para que as 14 Cooperativas de Eletrificação do País que ainda não haviam assinado com o Poder Concedente assinassem.

Tal metodologia resultou em muitas Audiências Públicas do Órgão Regulador, bem como diversas consultas e solicitações do ramo Cooperativista, que resultaram na publicação do Módulo 8.4 do PRORET.

Nesta publicação, a Agência Reguladora determinou que um dos caminhos abaixo elencados fossem adotados pela Empresa, sendo:

- 1) Para aquelas que não assinaram o contrato junto ao Poder Concedente em 2008, foi determinado somente a escolha entre, assinatura imediata de Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica com a Parcela Tarifária denominada “Parcela B”

regulada pelo módulo 8.4 do PRORET, ou, o encerramento de suas atividades no Setor Elétrico; e,

- 2) Para aquelas que assinaram o Contrato junto ao Poder Concedente em 2008, foi dada a escolha de continuar com sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo módulo 8.1 do PRORET, ou, assinar Aditivo Contratual ao Contrato de Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica e passar a Revisão Tarifária de sua Parcela Tarifária denominada Parcela B regulada pelo Módulo 8.4 do PRORET.

Nossa Empresa, de posse da Regulação e, ao estudar as duas modalidades de Revisão Tarifária, optou por migrar sua Revisão Tarifária Periódica, mormente à Parcela B, para a nova regulamentação pelo módulo PRORET 8.4.

Tal decisão ocorreu por nossa Diretoria, em virtude das regras deste módulo trazerem ao Conselho de Administração da Permissionária a gerência sobre os chamados Custos Gerenciáveis. Tal autonomia, devidamente fiscalizada pelo Conselho Fiscal da CERIPA, poderá adaptar a tarifa de cada ano à realidade da CERIPA de Itaí-São Paulo e a do Brasil.

Vale salientar que, nesta modalidade tarifária, existe um teto regulatório, que foi resultante da Primeira Revisão Tarifária realizada pela regulamentação PRORET 8.1, devidamente atualizada, e, com possibilidade de autonomia na ordem de 20%.

Ainda nesta linha, ao aderir à nova regulamentação, deixou de existir a chamada “Bolha Financeira”, que nos permitiu estornar os efeitos remanescentes de 2012, e, assim, auxiliar nossa Permissionária a reestabelecer o seu equilíbrio econômico-financeiro.

Realizado todo o processo pela SGT/ANEEL (Superintendência de Regulação Tarifária), após a solicitação do Pleito com a abertura exigida no Módulo PRORET 8.4, nosso processo resultou em:

Reajuste da Parcela A com vistas à Neutralidade: -0,31%% de reajuste

Revisão da Parcela B pelas normas do PRORET 8.4: 5,09% de revisão

Itens Financeiros: 16,66% negativo.

O percentual total de nossa Revisão foi de: 10,54% com efeito médio ao nosso consumidor de 13,57%.

Índices de Continuidade e Frequência (DEC/FEC)

Um dos pilares da Regulação do Setor Elétrico Brasileiro é o controle dos índices de interrupção, ou seja, energia com qualidade e frequência.

Fruto dos investimentos maciços em melhoria de todas as nossas redes de distribuição, com satisfação, anunciamos que nossa Empresa atingiu os patamares regulatórios de qualidade, onde, em 2022, nosso DEC e FEC figuram dentro da margem regulatória. Vale salientar que nossos índices, conforme determinação Regulatória, são verificados através do Sistema de Qualidade ISSO 9001.

Ano de 2022:

Limites Regulatórios: DEC: 34,00 FEC 11,00

Realizado: DEC 13,64 e FEC 7,02

Para o ano de 2022, nossos limites Regulatórios são:

DEC 34,00 e FEC 11,00

Envidamos todos nossos esforços para não ultrapassarmos estes índices, e, com isso, melhor atender nosso Consumidor, garantindo-lhes Energia de qualidade.

Balanco Social

Recursos Humanos

Em 2022 a Cooperativa de Eletrificação Rural de Itai Parapanema Avaré Ltda. – CERIPA - desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida.

CIPA CERIPA: Os membros da CIPA na CERIPA abordam temas relacionados à prevenção de acidentes, saúde, primeiros socorros etc...Faz-se reuniões mensais, realizadas no escritório da CERIPA e os membros da CIPA fiscalizam seus empregados, verificando se os mesmos estão fazendo uso dos equipamentos disponibilizados pela Empresa e dentro dos padrões de segurança.

	2022			2021		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			114.853,32			108.161,62
Lucro Operacional (LO)			11.799,94			9.644,83
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			9.440,96			10.194,89
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	1.544,87	16,36%	1,35%	1.311,25	12,86%	1,21%
Encargos sociais compulsórios	2.876,44	30,47%	2,50%	2.724,45	26,72%	2,52%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	715,38	7,58%	0,62%	701,29	6,88%	0,65%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	79,20	0,84%	0,07%	72,00	0,71%	0,07%

Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros Benefícios	87,41	0,93%	0,08%	0,00	0,00%	0,00%
Total	5.303,30	56,17%	4,62%	4.808,99	47,17%	4,45%

3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		LO	RL		LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Total de contribuições para a sociedade	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Tributos - excluídos encargos sociais	102,32	0,87%	0,09%	79,74	0,83%	0,07%
Total	102,32	0,87%	0,09%	79,74	0,83%	0,07%

4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		LO	RL		LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

Total	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
					2022	2021
					em unidades	em unidades
5 - Indicadores do corpo funcional						
Empregados no final do período					93	86
Escolaridade dos empregados						
Superior e extensão universitária					15	15
Ensino médio					65	58
Ensino fundamental					13	13
Faixa etária dos empregados						
Abaixo de 30 anos					13	11
De 30 até 45 anos (exclusive)					43	38
Acima de 45 anos					37	37
Admissões durante o período					8	0
Mulheres que trabalham na empresa					15	14
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres					0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes					0,00%	0,00%
Negros que trabalham na empresa					8	9
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros					0,00%	1,00%
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes					0,00%	50,00%
Portadores de deficiência física					0	0
Dependentes					0	0
Estagiários					0	0
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa					45,67	45,67
Maior remuneração					75.691,08	68.809,98
Menor remuneração					1.657,47	1.506,69
Acidentes de trabalho					0	0

Análise Econômico-Financeira

Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERIPA, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, sendo que, ao término do exercício de 2022, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição Anual decorrente no exercício atingiu um montante de R\$ 142.031,03 (Reais/mil), superior ao ano anterior em 1,54% que foi de R\$ 139.872,63(Reais/mil).

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2022 foram de 14.133, já em 2021 foi de 12.600 ocasionando um aumento de 12,17% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal e Administradores – As Despesas com Pessoal e Administradores anual decorrente do exercício de 2022 importou em R\$ 9.440,96 (Reais/mil) e no exercício anterior foi de R\$ 10.194,89 (Reais/mil), ocasionado uma redução de 8,4 % em relação ao ano anterior.

Custos Gerenciáveis da Parcela B – Os Custos Gerenciáveis da Parcela B, excluindo as despesas com pessoal e administradores, no exercício de 2022, foram de R\$ 31.878,96 (Reais/mil), superior em 9,9% ao ano anterior que foi de R\$ 28.723,82 (Reais/mil).

Resultado Financeiro – O Resultado Financeiro no exercício de 2022, importou em R\$ 7.772,92 (Reais/mil), enquanto que, no exercício de 2021, houve um Resultado Financeiro R\$ 2.538,26 (Reais/mil).

Análise Econômico-Financeira

Imediata	AD / PC	R\$	3,60	3,34
Geral	(AC + RLP) / (PC + ELP)	R\$	4,81	3,99
2. Lucratividade				
Bruta s/ Vendas	(LB / VB) x 100	%	30,75	27,00
Operacional s/ Vendas	(LO / VB) x 100	%	8,00	7,00
Líquida s/ Vendas	(LL / VB) x 100	%	12,00	8,00
Líquida s/ Capital	(LL / CS) x 100	%	69,00	53,00
Líquida s/ Patrimônio Líquido	(LL / PL) x 100	%	8,00	6,00
3. Rentabilidade				
Retorno Líquido s/ Investimentos	(LL / AT) x 100	%	7,00	6,00
4. Endividamento				
Recursos de Terceiros no Investimento	[(PC + ELP - ADC) / AT] x 100	%	11,00	11,00
Recursos Próprios no Investimento	[(PL + REF - ADC) / AT] x 100	%	89,00	89,00
5. Investimentos				
Capital Fixo Aplicado	(AP / AT) x 100	%	54,00	57,00
Capital de Risco Aplicado	[(AC + RLP) / AT] x 100	%	46,00	43,00
6. Garantias				
Reais s/ Capital	(IM / CS) x 100	%	504,00	523,00
Totais s/ Capital	(AP / CS) x 100	%	530,00	549,00
7. Capital de Giro Próprio				
Capital de Giro	(AC - PC) / 1.000	R\$	83,38	69,24

Valores Expresso em Reais Mil
Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimonial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimonial
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.

Créditos Fiscais

		Legislação Societária		
Período Aquisição	Histórico	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
31/12/2022	IRRF s/ Aplicação Financeira	1.480,20	0,00	1.480,20
31/12/2022	IRPJ Estimativa	145,96	0,00	145,96
31/12/2022	CSLL Estimativa	91,62	0,00	91,62
31/12/2022	PIS e COFINS	974,56	0,00	974,56
31/12/2022	ICMS	2.126,46	1.291,28	3.417,74
Total Geral				6.110,08

A CERIPA possui os Créditos Fiscais demonstrados no quadro acima e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

Informações de Natureza Social e Ambiental

As empresas causam grande impacto ao meio ambiente, no entanto, a CERIPA, vem trabalhando ao máximo para minimizar tal problema.

Uma forma cautelosa que encontramos, tem sido o serviço de “Poda de Árvores” que tem como objetivo, fazer a limpeza da faixa e corte de árvores em redes aéreas de distribuição.

Executamos este serviço dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais. Informamos também, não possuir nenhum Passivo Ambiental em Curso.

Energia Livre

No exercício de 2021 a CERIPA não efetuou operações de compra e venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Contratamos para o exercício de 2022 o montante de 52,86 MWh com a CPFL Santa Cruz. Já com a ELEKTRO não contratamos energia. Para completar e atender a necessidade da CERIPA foi utilizada a energia contratada no Mercado Livre, cuja supridora foi a empresa CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.. O total de energia adquirido de nossos fornecedores foi de 186,19 MWh.

ICMS sob Subvenção Baixa Renda

O Estado de São Paulo, por meio do Parecer 146/14, em resposta à consulta apresentada no que se refere à Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores Residenciais Baixa Renda, determina que, com base no Parecer 163/2004, há incidência de tal tributo sobre a parcela da Subvenção concedida a esta classe de consumidores, cujo pagamento cabe ao consumidor beneficiado.

Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Esta Permissionária teve seu sexto reajuste tarifário no mês de Abril de 2022, conforme determinação da ANEEL, não existindo diferimento de tarifa.

Revisão Tarifária Periódica – Segundo Ciclo - Fato Relevante

Em 30/04/2017 nossa Empresa encerrou o seu segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica, na qual seu resultado foi incorporado ao Reajuste Tarifário Anual de 2017.

Ganhos Contingentes

A CERIPA não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em exercício anterior.

Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, conforme opção da Outorgada pelo PRORET 8.4, passou a ser seu PL, que em 2022 foi de R\$ 211.928,31 (regulatório).

Reajuste Tarifário

No dia 26/04/2022 foi publicada nossa Tarifa para o ciclo 2022/2023, com vigência a partir de 29/04/2022, através da Resolução Homologatória ANEEL No. 3.029/2022, com reajuste médio de 9,92% (nove vírgula noventa e dois por cento).

A presente revisão efetuou a nova composição de nossa PARCELA B.

Já com relação à Parcela A, absorveu o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais determinado à nossa Empresa.

Referente aos itens financeiros, além da Neutralidade da Parcela A, houve o encontro de contas das Bandeiras Tarifárias Credoras, faturadas por determinação legal e, por não terem sido requeridas pela Geração Térmica do Brasil, são devolvidas em forma de desconto nesse novo ciclo tarifário.

Fusões, Cisões e Incorporações

Não ocorreram processos de Fusões, Cisões e Incorporações no exercício de 2022 e anteriores.

Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

No exercício de 2022 e 2021 não houve necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da CERIPA vinculados à seu serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador. Em nosso último laudo de avaliação, o resultado apresentado foi superior ao Ativo Contabilizado. A ANEEL, no exercício de 2012, determinou o reconhecimento contábil desta atualização, na forma de Reavaliação Regulatória Compulsória.

Nota Explicativa EBTIDA ou LAJIDA

2022

Código BMP (contas devedoras com sinal positivo e credoras com negativo)	Descrição (considerando-se números em absoluto)	
(-) 61	(=) Resultado das Atividades	11.587,26
(+) 61X5.X.17	(+) Depreciação	6.772,26
(+) 61X5.X.18	(+) Amortização	0,00
(+) 61X5.X.05.04	(+) Benefício Pós-Emprego - Previdência Privada - Déficit ou Superávit Atuarial, se o saldo for devedor; (-) se for credor	0,00
(+) 61X5.X.05.05	(+) Programa de Demissão Voluntária - PDV, se o saldo for devedor; (-) se for credor	0,00
(+) 61X5.X.05.09	(+) Outros Benefícios Pós-Emprego - Déficit ou Superávit Atuarial, se o saldo for devedor; (-) se for credor	0,00
(+) 61X5.X.12.01, se o saldo for credor	(-) Provisão para Devedores Duvidosos, se o saldo for credor	0,00
(+) 61X5.X.12.02, se o saldo for credor	(-) Provisão para Litígios Trabalhistas, se o saldo for credor	0,00
(+) 61X5.X.12.03, se o saldo for credor	(-) Provisão para Litígios Cíveis, se o saldo for credor	0,00
(+) 61X5.X.12.04, se o saldo for credor	(-) Provisão para Litígios Fiscais, se o saldo for credor	0,00
(+) 61X5.X.12.05, se o saldo for credor	(-) Provisão para Litígios Ambientais, se o saldo for credor	0,00
(+) 61X5.X.12.06, se o saldo for credor	(-) Provisão para Litígios Regulatórios, se o saldo for credor	0,00
(+) 61X5.X.12.07	(+) Provisão para Redução ao Valor Recuperável (subtração se Reversão Líquida)	0,00
(+) 61X5.X.12.99, se o saldo for credor	(-) Provisão - Outros, se o saldo for credor	0,00
(+) 61X5.X.15, do que superar 1% da Receita Bruta deduzida dos Tributos sobre a Receita	(-) Recuperação de Despesas, do que superar 1% da Receita Bruta deduzida dos Tributos sobre a Receita	0,00
	LAJIDA REG	18.359,52
	Ajuste p/Contab Societária	235,38
	LAJIDA SOC	18.594,90

Balanco Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2022

Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societario	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Ativos						
Ativo circulante		105.623,02	-	105.623,02	-	105.623,02
Caixa e equivalentes de caixa		80.057,28	-	80.057,28	-	80.057,28
Consumidores		11.960,76	-	11.960,76	-	11.960,76
Concessionárias e permissionárias		(123,56)	-	(123,56)	-	(123,56)
Serviços em curso		-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		4.818,80	-	4.818,80	-	4.818,80
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		904,08	-	904,08	-	904,08
Investimentos temporários		-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais		3.449,02	-	3.449,02	-	3.449,02
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		4.556,64	-	4.556,64	-	4.556,64
Ativo não circulante		132.868,06	(3.682,79)	129.185,27	-	129.185,27
Consumidores		-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		1.291,28	-	1.291,28	-	1.291,28
Depósitos judiciais e cauções		41,60	-	41,60	-	41,60
Investimentos temporários		-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais		-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		-	-	-	-	-

Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		6.294,62	-	6.294,62	-	6.294,62
Imobilizado		125.063,53	(125.063,53)	-	-	-
Intangível		177,03	121.380,74	121.557,77	-	121.557,77
Total do ativo		238.491,08	(3.682,79)	234.808,29	-	234.808,29

Passivo						
Passivo circulante		22.243,63	-	22.243,63	-	22.243,63
Fornecedores		6.473,15	-	6.473,15	-	6.473,15
Empréstimos, financiamentos e debêntures		2.402,22	-	2.402,22	-	2.402,22
Obrigações sociais e trabalhistas		1.322,19	-	1.322,19	-	1.322,19
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		510,82	-	510,82	-	510,82
Provisão para litígios		-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		1.484,61	-	1.484,61	-	1.484,61
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais		4.352,88	-	4.352,88	-	4.352,88
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		5.697,76	-	5.697,76	-	5.697,76
Passivo não circulante		4.319,14	-	4.319,14	-	4.319,14
Fornecedores		-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-
Provisão para litígios		3.356,06	-	3.356,06	-	3.356,06
Encargos setoriais		-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais		-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		963,08	-	963,08	-	963,08

Total do passivo	26.562,77	-	26.562,77	-	26.562,77
-------------------------	------------------	----------	------------------	----------	------------------

Patrimônio líquido						
Capital social		24.084,38	-	24.084,38	-	24.084,38
Reservas de capital		-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes		3.682,79	(3.682,79)	-	-	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	-	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-
Reserva de sobras		171.012,88	-	171.012,88	-	171.012,88
Sobras à disposição da Assembleia		13.148,26	-	13.148,26	-	13.148,26
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		211.928,31	(3.682,79)	208.245,52	-	208.245,52
Total do passivo e do patrimônio líquido		238.491,08	(3.682,79)	234.808,29	-	234.808,29

DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO 2022

	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societario	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		142.031,03	-	142.031,03	-	142.031,03
Fornecimento de energia elétrica		38.268,23	-	38.268,23	-	38.268,23
(-) Transferências		-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		69.529,60	-	69.529,60	-	69.529,60
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		(1.933,44)	-	(1.933,44)	-	(1.933,44)
Serviços cobráveis		174,16	-	174,16	-	174,16
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		35.992,48	-	35.992,48	-	35.992,48
Outras receitas vinculadas		-	-	-	-	-
Tributos		(9.722,27)	-	(9.722,27)	-	(9.722,27)
ICMS		(7.191,20)	-	(7.191,20)	-	(7.191,20)
PIS-PASEP		(450,74)	-	(450,74)	-	(450,74)

Cofins		(2.080,33)	-	(2.080,33)	-	(2.080,33)
ISS		-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		(17.455,44)	-	(17.455,44)	-	(17.455,44)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(12.518,52)	-	(12.518,52)	-	(12.518,52)
Programa de Eficiência Energética – PEE		-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização		(261,39)	-	(261,39)	-	(261,39)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-
Outros encargos		(4.675,53)	-	(4.675,53)	-	(4.675,53)
Receita líquida / Ingresso líquido		114.853,32	-	114.853,32	-	114.853,32
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(71.174,42)	-	(71.174,42)	-	(71.174,42)
Energia elétrica comprada para revenda		(68.747,33)	-	(68.747,33)	-	(68.747,33)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa		(2.427,09)	-	(2.427,09)	-	(2.427,09)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		43.678,90	-	43.678,90	-	43.678,90
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(32.091,64)	212,68	(31.878,96)	-	(31.878,96)
Pessoal e administradores (inclui 320,34 de remuneração a administradores)		(9.440,96)	-	(9.440,96)	-	(9.440,96)
Entidade de previdência privada		-	-	-	-	-
Material		(1.411,01)	-	(1.411,01)	-	(1.411,01)
Serviços de terceiros		(9.026,17)	-	(9.026,17)	-	(9.026,17)
Arrendamento e aluguéis		(718,85)	-	(718,85)	-	(718,85)
Seguros		(17,55)	-	(17,55)	-	(17,55)
Doações, contribuições e subvenções		-	-	-	-	-
Provisões		(618,74)	-	(618,74)	-	(618,74)
Perda na alienação de bens e direitos		(5.064,28)	-	(5.064,28)	-	(5.064,28)
Recuperação de despesas		510,72	-	510,72	-	510,72
Tributos		(102,32)	-	(102,32)	-	(102,32)
Depreciação e amortização		(6.772,26)	212,68	(6.559,58)	-	(6.559,58)
Gastos diversos da atividade vinculada		(826,50)	-	(826,50)	-	(826,50)
Outras Receitas Operacionais		2.483,27	-	2.483,27	-	2.483,27
Outras Gastos Operacionais		(1.086,99)	-	(1.086,99)	-	(1.086,99)

Resultado da Atividade		11.587,26	212,68	11.799,94	-	11.799,94
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		7.772,92	-	7.772,92	-	7.772,92
Despesas financeiras		(374,53)	-	(374,53)	-	(374,53)
Receitas financeiras		8.147,45	-	8.147,45	-	8.147,45
Operações com não Associados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado de operações com não associados		-	-	-	-	-
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		19.360,18	212,68	19.572,86	-	19.572,86
Despesa com impostos sobre os lucros		(2.843,42)	-	(2.843,42)	-	(2.843,42)
Resultado líquido das operações em continuidade		16.516,76	212,68	16.729,44	-	16.729,44
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		16.516,76	212,68	16.729,44	-	16.729,44
Atribuível aos:						
Acionistas controladores		-	-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	-	-	-
Lucro por ação		0,90	0,01	0,91	-	0,91
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,90	0,01	0,91	-	0,91
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade						
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal 2022

	Capital Social	Reservas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	21.330,95	-	-	-	-	152.988,21	9.335,89	-	183.655,05
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital Social	(186,02)	-	-	-	-	-	-	-	(186,02)
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	2.939,45	-	-	-	-	-	(2.939,45)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	16.729,44	-	16.729,44
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proventos excedentes da contabilidade societ	-	-	(3.682,79)	-	-	-	-	-	(3.682,79)
Reserva legal	-	-	-	-	-	1.547,00	(1.547,00)	-	-
FATES	-	-	-	-	-	2.034,17	(2.034,17)	-	-
Reservas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	(3.457,00)	-	(3.457,00)
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	14.443,50	(2.939,45)	-	11.504,05
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Reavaliação Regulatória Compulsoria de Imobilizado - VNR</u>	-	-	3.682,79	-	-	-	-	-	3.682,79
<u>Efeitos IFRS</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Efeitos Fiscais</u>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.084,38	-	-	-	-	171.012,88	13.148,26	-	208.245,52

Quotas da CDE repassadas às Distribuidoras e reembolsadas pela CCEE

Conforme programa governamental instalado após a edição da MP 579/2012 e publicação da RTE, a CERIPA realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2021, o saldo de 2.634,84 R\$/MIL

	SALDO ANTERIOR	APROPRIADO	RECEBIDO	AJUSTES (+/-)	A RECEBER
SUBVENÇÃO CDE - Água, Esgoto e Saneamento	4,82	47,42	48,57	0,00	3,67
SUBVENÇÃO CDE – Rural Convencional	416,04	3.426,77	3.600,74	0,00	242,07
SUBVENÇÃO CDE – Rural Irrigante / Aquicultor	788,36	10.760,16	10.615,74	0,00	932,78
SUBVENÇÃO CDE – Baixa Densidade de Carga	1.396,00	18.076,68	17.929,49	0,00	1.543,19
SUBVENÇÃO CDE – Carga de Fonte Incentivada	3,13	3.645,48	3.244,59	0,00	404,02
SUBVENÇÃO CDE – DMR a Receber	26,49	35,97	30,32	0,00	32,14
				0,00	3.157,87

Datas de Formação das Obrigações Especiais

Conforme determinação da SFF/ANEEL, detalhamos abaixo os saldos das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica, por data de formação, compondo sua respectiva depreciação acumulada.

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetaria Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	0,00	715,55	-	-	715,55
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	602,39	-	-	602,39
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	113,16	-	-	113,16
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	0,00%	282,25	-	-	282,25
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-

Outros	-	282,25	-	-	282,25
(-) Amortização Acumulada - AIS	0,00	(34,72)	-	-	(34,72)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	(34,72)	-	-	(34,72)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	0,00%	963,08	-	-	963,08

Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	680,83	-	-	-	-	680,83	-	-	680,83	680,83

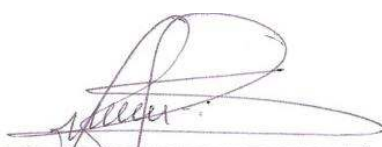
	Valor Bruto em 31/12/20 21	Adições (a)	Baixas (b)	Transfe- rências (c)	Rea- valia- ção	Valor Bruto em 31/12/20 22	Adi- ções Liqui- das (a)- (b)+(c)	Amort- ização Acum.	Valor Liquid- o em 31/12/20 22	Valor Liquid- o em 31/12/20 21
Obrigações Especiais - R\$ Mil										
Em Curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	282,25	-	-	-	-	282,25	-	-	282,25	282,25
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	282,25	-	-	-	-	282,25	-	-	282,25	282,25
Total	282,25	-	-	-	-	282,25	-	-	282,25	282,25

Formatação Básica das Notas Explicativas

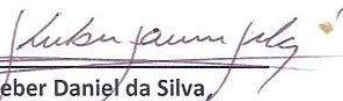
As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo a Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 28/04/2023 pela Diretoria, não podendo os senhores associados proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 casas decimais.



Peter Johannes Beckers
Presidente



Hugo Ferraz da Silveira
Gerente Geral



Kleber Daniel da Silva
Contador
CRC 1SP181385/O-4

8. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação Rural de Itaipu-Paranapanema-Avaré Ltda. "CERIPA", tendo examinado todas as contas cuidadosamente, bem como as Demonstrações Financeiras obrigatórias, referentes ao exercício de 2022, e achando tudo certo e na mais perfeita ordem, opinam favoravelmente pela sua aprovação.

Itaipu, 31 de dezembro de 2022.



João Batista Cardoso
Conselho Fiscal



Gerardus Maria Van den Boomen
Conselho Fiscal



Nilton Maia Sampaio
Conselho Fiscal

9. PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos cooperados e administradores da

Cooperativa de Eletrificação Rural de Itai –

Paranapanema – Avaré Ltda. – CERIPA

Itai SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da *Cooperativa de Eletrificação Rural de Itai – Paranapanema – Avaré Ltda. – CERIPA* (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da *Cooperativa de Eletrificação Rural de Itai – Paranapanema – Avaré Ltda. – CERIPA* em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Pequenas e Médias Empresas – NBC TG 1000 (R1), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 10 de fevereiro de 2023.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes

CRC 2SP17256/O-3

Octávio Bution Neto

CRC 1SP243568/O-1

10 Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e Senhores Acionistas / Associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2022, em conjunto com as Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa de Eletrificação Rural de Itai Paranapanema Avaré Ltda. – CERIPA - para a sociedade, parceiros, investidores, associados e consumidores.

CARTA DO PRESIDENTE

Como nos anos anteriores continuamos no exercício com o trabalho da empresa Moore Stephens Auditores e Consultores - Ribeirão Preto, contratada com a finalidade de realizar ampla auditoria em todas as atividades da Cooperativa e com isso dar total legalidade e transparência aos atos praticados pela Diretoria e funcionários no exercício de suas atividades.

Da mesma forma continuamos com o trabalho da Useall Software Ltda. para manutenção do software de gerenciamento contábil, emissão das faturas de energia elétrica e gerenciamento do sistema elétrico, sempre em conformidade com as regras da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica as quais passamos a aplicar desde o enquadramento como Permissionária de Serviços Públicos.

Continuamos, também, com a empresa GTE Master Consultoria, contratada para aprimorar o atendimento às necessidades regulatórias junto a ANEEL e o Poder Concedente onde entre outros assuntos realizou amplo trabalho de assessoria no processo para a segunda revisão tarifária que ocorreu em 2017 e também para o reajuste anual de tarifa em 2022.

Para dar o suporte adequado e necessário ao setor de Recursos Humanos e Segurança no Trabalho continuamos com o trabalho da empresa ASSESTE CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA, com sede em Curitiba – PR, em seu trabalho durante o exercício que finaliza possibilitou que a CERIPA atendesse a todas as obrigações legais como a adequação da ISO 9001 e 9002/2015, procedimentos comerciais em atendimento à Resolução ANEEL N°1000/2021 e na adequação do Manual de Qualidade entre outras atividades.

Continuamos a crescer de forma sustentada, investindo em ampliação de novas redes elétricas e ainda mantivemos a manutenção das redes elétricas e subestações existentes.

Estivemos sempre presentes nas reuniões e encontros promovidos pela ANEEL, nossa Federação - FECOERESP e Confederação – INFRACOOOP, onde fomos bastante participativos na luta em defesa de nossos Cooperados.

No exercício de 2022, como todas as atividades, ainda fomos afetados pela pandemia do Corona Vírus e procuramos manter nossas atividades e conseguimos que nossos cooperados e consumidores não fossem afetados. Prevaleceu a regularidade na distribuição de energia elétrica, apesar do índice de precipitação pluviométrica ficar no primeiro semestre abaixo do normal, o emprego dos equipamentos de irrigação foi dentro do esperado, também nos outros setores ocorreu o consumo de energia de forma regular. Verificamos redução de 2,5% na energia adquirida de nossos supridores, fator relacionado com o aumento das instalações de GD – Geração Distribuída e a migração de consumidores para o mercado livre.

Cabe aqui destacar que a redução no crescimento da energia adquirida foi em razão dos oito consumidores com consumo significativo migrando para o mercado livre e ainda a instalação até o final do exercício de 395 usinas de micro e mini geração com atendimento de 568 unidades consumidoras que recebem os créditos da geração, cuja potência instalada é de 9.613,98 KW (9,61 MW) até o final do exercício.

Na operação do sistema elétrico os resultados, após análise das ocorrências, demonstrou que a maioria dos desligamentos ocorridos nas redes elétricas da CERIPA

continuam sendo decorrentes de contato e queda de árvores. A CERIPA realiza constantemente campanha com a distribuição de folhetos explicativos sobre o assunto e ainda vem procurando os proprietários de áreas com grande incidência de árvores para solicitar o manejo destas a fim de evitar o contato com as redes elétricas. Também passamos a aplicar nas linhas onde existe incidência de árvores o cabo protegido no formato de linha compacta com o intuito de evitar o contato direto da vegetação.

Cabe destacar o significativo aumento do número de novas ligações efetuadas durante o ano de 2022, onde registramos o incremento de 12.479,5 KVA de carga, crescimento de 12,5%.

A ANEEL realiza anualmente pesquisa entre os consumidores residenciais para apurar o Índice Aneel de Satisfação do Consumidor - IASC onde avalia o grau de satisfação dos consumidores residenciais com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica. Em 2021 o índice geral apurado da CERIPA foi de 55,23 de satisfação. O índice geral das concessionárias foi de 53, já para 2022 a apuração da pesquisa está em andamento pela ANEEL.

Para o exercício de 2023, continuaremos a implantar as medidas operacionais contratadas junto a ANEEL, dar continuidade nos projetos do setor da distribuição de energia elétrica para garantir o fornecimento e a qualidade do serviço. Daremos início a implantação do projeto para a construção de uma subestação visando a conexão do sistema da CERIPA à rede básica de transmissão em 138 KV que possibilitará a redução de custo da tarifa de demanda adquirida, assim como a interligação da subestação Roncador a Subestação Peter J. Beckers em Campos de Holambra na tensão de 66KV, ainda, a interligação entre Avaré e Itaí na Ponte Carvalho Pinto na tensão de 33 Kv. Continuaremos a obra de implantação de nova subestação no Bairro Serrinha em Taquarituba que receberá a energia em 33 KV transformando para 13,8 KV na distribuição. Concluiremos o alimentador que atenderá a referida subestação em 33 KV.

Para nos assessorar na migração para o mercado livre foi contratada a empresa especializada no assunto denominada ÁGORA ENERGIA da cidade de Campinas que passou a fazer gestões junto à CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, CPFL – Santa Cruz e Elektro. Com a migração iniciada em 01 de fevereiro de 2022 a empresa AGORA ENERGIA passou a administrar o suprimento da energia com nossos supridores CPFL e CEMIG.

Destacamos que encerramos o exercício de 2022 com 93 funcionários.

Destacamos, ainda, que a administração da CERIPA fez gestões junto à ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica no processo de reajuste anual de tarifária, que ocorreu em abril de 2022, no sentido de manter o valor das tarifas em patamar inferior ao praticado por outras empresas distribuidoras e Cooperativas de Eletrificação sempre em benefício de nossos cooperados e consumidores.

Mediante o exposto, acreditamos que o exercício em questão foi coroado de êxito, conseguimos construir novas redes, reformulamos partes dos ramais antigos, passamos com saldo em Bancos, conservamos e ampliamos os imóveis, não fizemos empréstimos bancários, aumentamos o número de ligações e não estamos em atraso com os fornecedores, obrigações sociais e nem com os órgãos municipais, estaduais e federais, nos dias de hoje a CERIPA é considerada uma das maiores Cooperativas de Eletrificação Rural do Brasil.

Agradecemos a todos os associados pela credibilidade, aos funcionários da cooperativa pelos bons serviços prestados e todos aqueles que direta ou indiretamente procuraram colaborar com esta entidade.

Itaí, 31 de dezembro de 2022.

Peter Johannes Beckers

Carta do Contador

Com satisfação, na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da Cooperativa de Eletrificação Rural de Itai Paranapanema Avaré Ltda. - CERIPA, comunicamos aos Senhores Associados a conclusão do exercício de 2022, com alto grau de qualidade, transparência e legalidade.

A nossa Empresa, primou, em 2022, pelos conceitos de transparência, detalhando as contas contábeis ao extremo, evitando qualquer contabilização a título de "outros" e "diversos", e apresenta, de forma clara seu resultado, valorizando assim sua atuação como Empresa de Serviço Público.

Vale salientar que, na questão Regulatória, a ANEEL têm intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré análise dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional. Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados foram enviados tempestivamente e aprovados nessa pré-análise realizada pela ANEEL.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos Srs. Associados que a seguir constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições de V.Sas. tomarem todas as decisões para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos à Diretoria, aos Gerentes, à nossa equipe contábil, bem como todos os departamentos internos e consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício

Kleber Daniel da Silva
Contador - CRC 1SP181385/O-4

Cenário

A Cooperativa de Eletrificação Rural de Itai Paranapanema Avaré Ltda. – CERIPA - atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de quase 60 anos de existência.

Em 2022 tivemos um reflexo negativo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial com um decréscimo de 57,23% com relação à 2021. O consumo do setor rural também foi representativo, atingindo o patamar de -8,67% em relação a 2021. Somada, a demanda dos dois setores representa 65,89% de toda a energia comercializada pela Outorgada em 2022.

Geração, Transmissão e Distribuição de energia elétrica.

Distribuição

A Outorgada distribui energia elétrica em 11 dos 645 municípios do Estado, o que representa 1,71% dos consumidores do Estado de São Paulo. No ano de 2020 passou a fazer o atendimento a consumidores livres em sua área de permissão.

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano, 1.533 novas ligações com destaque para 1.411 residenciais e 75 rurais, totalizando 14.133 consumidores atendidos pela Outorgada, número 12,17 % superior ao de 2021.

Número de Consumidores

Consumidores	2018	2019	2020	2021	2022
Residencial	8.030	8.455	9.033	9.156	10.567
Comercial	553	571	588	564	597
Industrial	37	38	39	36	43
Rural	2.558	2.602	2.677	2.718	2.793
Poderes Públicos	59	59	56	55	57
Iluminação Pública	42	43	50	50	53
Serviço Público	19	19	19	21	23
Total	11.298	11.787	12.462	12.600	14.133
Variação	5,38%	4,33%	5,73%	1,11%	12,17%

Comportamento do mercado - A distribuição de energia da Outorgada no período de janeiro a dezembro de 2022 foi de 152,03 GWh (166,05 GWh em 2021).

O segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foi o Industrial. Esta classe foi a que teve maior queda, com 57,23% de redução no consumo de energia elétrica.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido

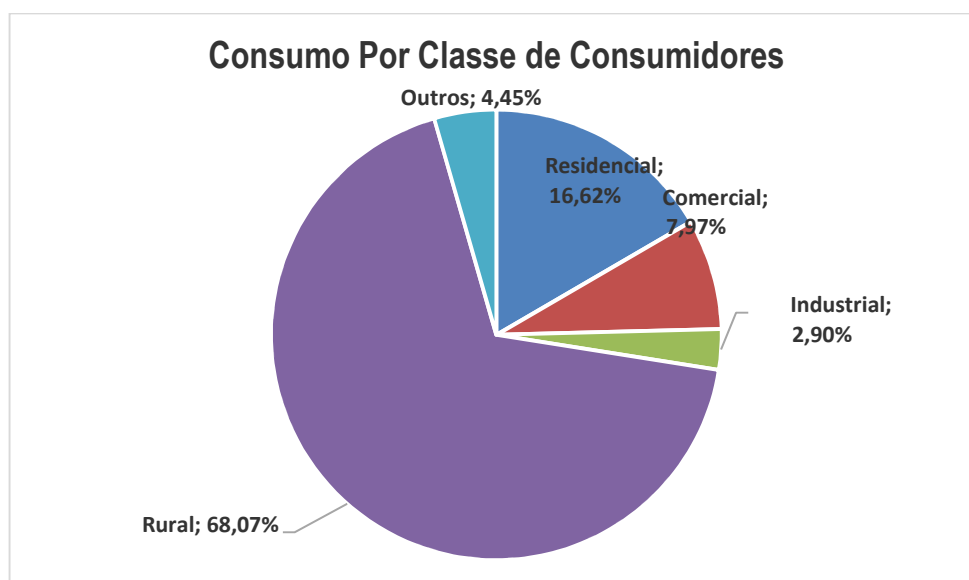
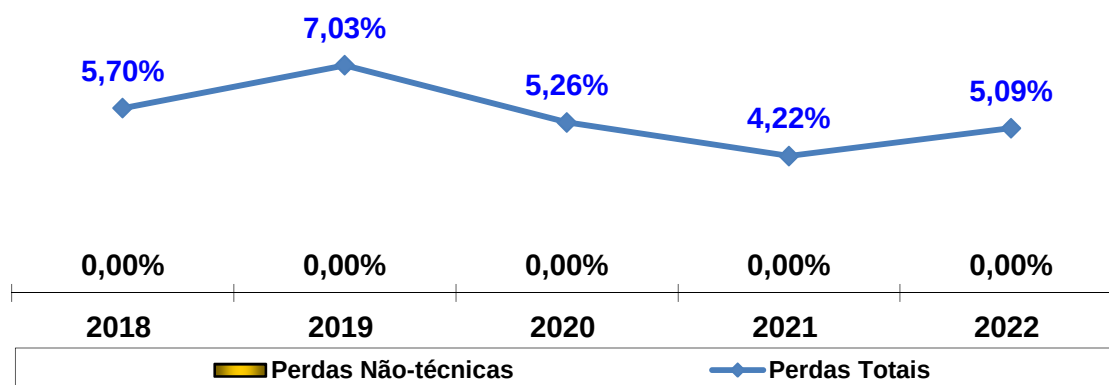
Mercado Atendido - GWh	2018	2019	2020	2021	2022
Energia Faturada	138,20	162,96	167,80	166,05	152,03
Fornecimento	138,20	162,96	167,80	166,05	152,03
Residencial	18,81	19,84	23,36	24,31	25,26
Comercial	13,22	14,33	13,93	11,73	12,11
Industrial	14,02	16,63	16,73	10,31	4,41
Rural	86,30	106,45	107,76	113,30	103,48
Poderes Públicos	1,87	1,96	1,79	1,90	2,00
Iluminação Pública	1,82	1,55	2,05	2,33	2,41
Serviço Público	2,16	2,20	2,18	2,17	2,36
Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Uso da Rede de Distribuição	-	-	-	8,81	18,57
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	8,81	18,57
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Total	138,20	162,96	167,80	174,86	170,60
Variação	0,99%	7,92%	2,97%	4,21%	-2,44%

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução negativa de 5,09% de 2021 para 2022.

Balanço Energético

Energia Requerida - GWh	2018	2019	2020	2021	2022
Venda de Energia	162,96	167,80	167,80	166,05	152,03
- Fornecimento	162,96	167,80	167,80	166,05	152,03
- Suprimento p/ agentes de distribuição	-	-	-	-	-
Consumidores Livres/Dist./Ger.	-	-	-	8,81	18,57
Consumidores Rede Básica	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	162,96	167,80	167,80	174,86	170,60
Perdas na Rede Básica	-	-	-	-	-
Perdas na Distribuição	9,85	12,68	9,32	7,71	9,14
Perdas Técnicas	9,85	12,68	9,32	7,71	9,14
Perdas não Técnicas - PNT	-	-	-	-	-
PNT / Energia Requerida %	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Perdas Totais - PT	9,85	12,68	9,32	7,71	9,14
PT / Energia Requerida %	5,70%	7,03%	5,26%	4,22%	5,09%
Total	172,81	180,48	177,12	182,57	179,74

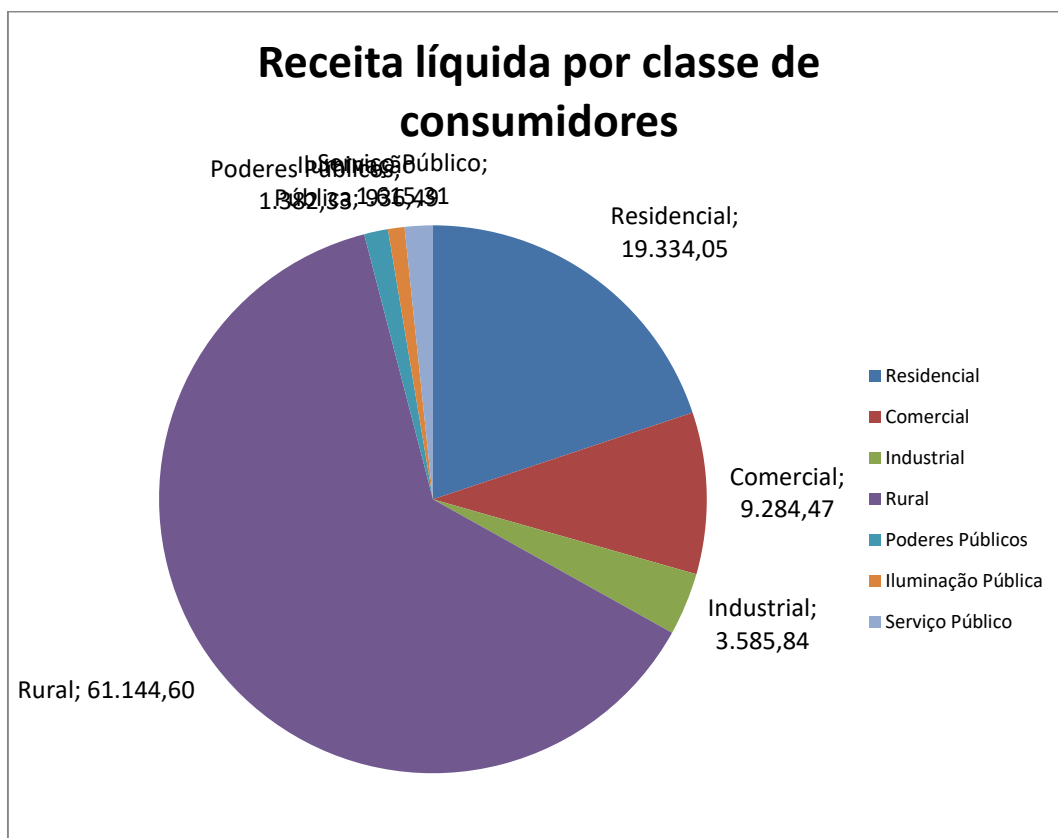
Perdas Totais (%)



Receita - A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 97.283,09 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil

Classe	2022	2021	%
Residencial	19.334,05	17.739,75	8,99%
Comercial	9.284,47	8.984,47	3,34%
Industrial	3.585,84	6.269,59	-42,81%
Rural	61.144,60	60.450,38	1,15%
Outros	3.934,13	3.647,92	20,35%
Poderes Públicos	1.382,33	1.304,75	5,95%
Iluminação Pública	936,49	956,09	-2,05%
Serviço Público	1.615,31	1.387,08	16,45%
Total	97.283,09	97.092,11	0,20%



Número de consumidores - O número de consumidores faturados em dezembro de 2022 apresentou um crescimento de 12,17% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Número de Consumidores

Classe	2022	2021	Var %
Residencial	10.567	9.156	15,41%
Comercial	597	564	5,85%
Industrial	43	36	19,44%
Rural	2.793	2.718	2,76%
Outros	133	126	19,16%
Poderees Públicos	57	55	3,64%
Iluminação Pública	53	50	6,00%
Serviço Público	23	21	9,52%
Total	14.133	12.600	12,17%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2022, atingiu R\$ 789,47/MWh, com aumento de 16,43% com relação a dezembro de 2021. Por meio da Resolução ANEEL nº 3.029 de 26 de Abril de 2022, a Outorgada foi autorizada a aplicar reajuste da ordem de - 9,92% a seus consumidores.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh
Residencial	901,38
Comercial	893,09
Industrial	898,85
Rural	591,07
Outros	662,95

Tarifa por faixa de Consumo	KWh	KWh	KWh	KWh
Tarifa Res. Baixa Renda por faixa de Consumo	0 - 30 KWh	31 - 100 KWh	101 - 220 KWh	221 acima KWh
Tarifas Brutas	0,23	0,35	0,52	0,55

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Outorgada em números	2022	2021	%
Atendimento			
Número de consumidores	14.133	12.600	12,17%
Número de empregados	93	86	8,14%
Número de consumidores por empregado	152	147	3,73%
Número de localidades atendidas	11	11	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	1	1	0,00%
Número de postos de arrecadação	1	1	0,00%
Mercado			
Área de Permissao (Km²)	3.741	3.741	0,00%
Geração própria (GWh)	-	-	0,00%
Demanda máxima (MWh/h)	52,15	52,15	0,00%
Distribuição direta (GWh)	0,19	0,19	0,00%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	24.785	24.312	1,95%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	789,47	678,05	16,43%
Total (exceto curto prazo)			0,00%
Residencial	901,38	837,58	7,62%
Comercial	893,09	819,63	8,96%
Industrial	898,85	742,17	21,11%
Rural	591,07	470,61	25,60%
Suprimento	450,20	440,05	2,31%
DEC (horas)	13,64	18,72	-27,14%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	-	-	#DIV/0!
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	12.000	10.000	20,00%
FEC (número de interrupções)	7,02	8,02	-12,47%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	0,02	0,02	0,00%
Operacionais			
Número de usinas em operação	-	-	0,00%

Número de subestações	14,00	13,00	7,69%
Linhas de transmissão (Km)	-	-	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	2.738	2.866	-4,47%
Capacidade instalada (MW)	240,5	224,9	6,94%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	142.031,03	139.872,63	1,54%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	114.853,32	108.161,62	6,19%
Margem operacional do serviço líquida (%)	23,66%	29,32%	-19,29%
EBITDA OU LAJIDA	18.359,52	15.896,57	15,49%
Lucro líquido (R\$ mil)	16.516,76	11.134,73	48,34%
Lucro líquido por mil cotas	16,52	11,13	48,34%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	211.928,31	187.586,41	12,98%
Valor patrimonial por cota R\$	125,40	105,80	18,52%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	7,79%	5,94%	31,30%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	2,75%	3,11%	-11,49%
Em moeda nacional (%)	2,75%	3,11%	-11,49%
Em moeda estrangeira (%)	-	-	0,00%
Indicadores de Performance			
Sálario Médio dos Funcionários	6,60	6,01	9,82%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	765,32	2.166,01	-64,67%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	5,04	14,78	-65,93%
Retorno de ativos por unidade	0,06	0,05	20,00%

Tecnologia da informação

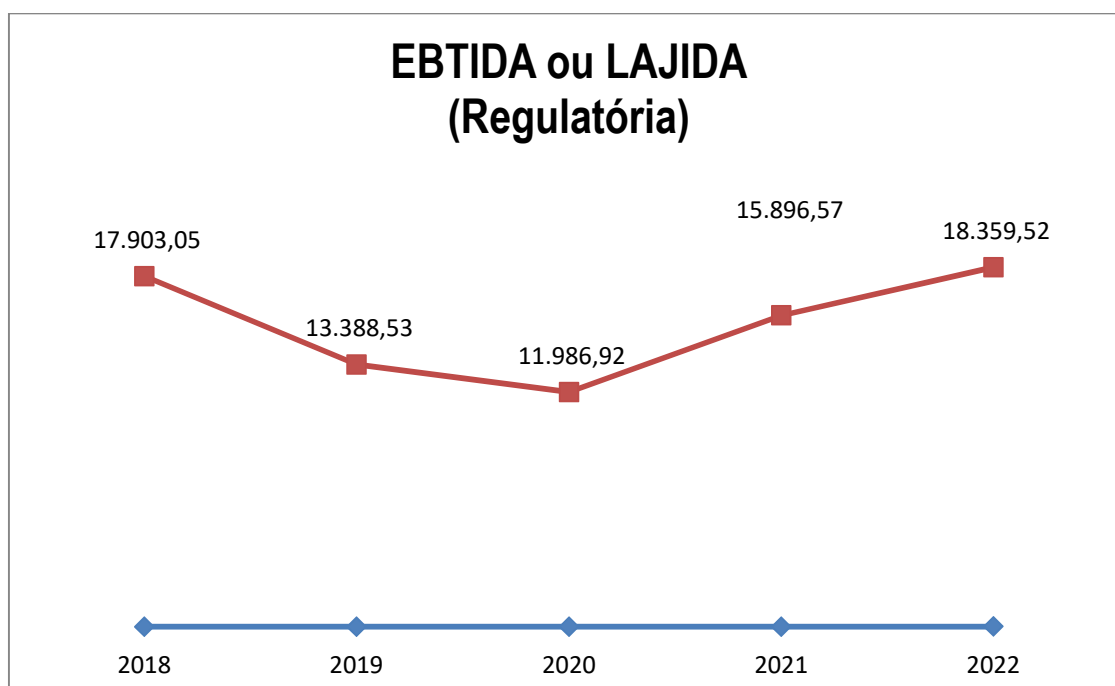
Seguindo o processo de modernização dos últimos anos, a CERIPA segue na atualização de seu sistema comercial e de gestão interna, contando com novas ferramentas de banco de dados e métodos mais aprimorados. Conta também com equipamentos mais modernos, primando por aquisições menos nocivos à saúde e contribuindo para o meio ambiente com equipamentos que possuem normas aprovadas por órgãos ambientais.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2022, as sobras líquidas foi de R\$ 16.516,76 mil, contra R\$ 11.134,73 mil em 2021, um aumento de 48,34%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 114.853,32 mil, enquanto em 2021 situou-se em R\$ 108.161,62 mil.

As despesas operacionais totalizaram em 2022 R\$ 32.091,64 mil, 10,82% superiores em relação à 2021. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 7,79% contra 5,94% em 2021.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 18.359,52 mil, superior em 15,49% a 2021, que foi de R\$ 15.896,57 mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos: Em 2021, os investimentos da Cooperativa importaram em R\$ 5.235,09 mil, 118,44% superiores em relação à 2020.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos: Sendo a entidade uma Cooperativa seu objetivo é o de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% de Reserva para FATES, sendo que o lucro líquido com não associados sua destinação é 100% para o FATES.

Composição acionária: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Outorgada ou permissionária era de R\$ 24.084,38 mil, composto por 24.084,38 mil de quotas, com valor nominal R\$ 1,00.

Atendimento a acionistas: Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Outorgada coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou telefone da empresa.

Gestão

Planejamento empresarial: O êxito que a Outorgada vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total: Em 2022, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, certificações de qualidade de gestão, e reuniões relacionadas com o gerenciamento da rotina em diferentes áreas da Empresa. Recebemos periodicamente consultoria que analisa, na prática, nossos processos, e, apresenta orientação para que nossas rotinas estejam de acordo com a Gestão pela Qualidade, permitindo nossa re-certificação.

Responsabilidade social: Cada vez mais, a Outorgada vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas,

programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Outorgada. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Outorgada.

Itaí (SP), 28/04/2023.

A Administração

11. Balanço Patrimonial Regulatório

	Consolidado	
	2022	2021
Ativos		
Ativo Circulante	105.623,02	87.694,98
Caixa e equivalentes de caixa	80.057,28	61.580,12
Consumidores	11.960,76	15.298,15
Concessionárias e permissionárias	(123,56)	(103,84)
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	4.818,80	1.513,50
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	904,08	1.515,06
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	3.449,02	3.583,51
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	4.556,64	4.308,48
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	132.868,06	122.176,97
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	1.291,28	1.143,34
Depósitos judiciais e cauções	41,60	41,60
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	-	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	6.294,62	5.426,81
Imobilizado	125.063,53	115.388,19
Intangível	177,03	177,03

Total do ativo	238.491,08	209.871,95
-----------------------	-------------------	-------------------

Passivo

Passivo Circulante	22.243,63	18.456,97
Fornecedores	6.473,15	9.465,91
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.402,22	-
Obrigações sociais e trabalhistas	1.322,19	1.477,77
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	510,82	329,63
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	1.484,61	4.703,42
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	4.352,88	743,95
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	5.697,76	1.736,29
Passivos de operações descontinuadas	-	-

Passivo Não-Circulante	4.319,14	3.828,57
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	3.356,06	2.865,49
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	-	-
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	963,08	963,08

Total do passivo	26.562,77	22.285,54
-------------------------	------------------	------------------

Patrimônio líquido	211.928,31	187.586,41
Capital social	24.084,38	21.330,95
Reservas de capital	-	-
Outros resultados abrangentes	3.682,79	3.931,36
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	-	-
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	171.012,88	152.988,21
Sobras à disposição da Assembleia	13.148,26	9.335,89
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-

Total do patrimônio líquido	211.928,31	187.586,41
------------------------------------	-------------------	-------------------

Total do passivo e do patrimônio líquido	238.491,08	209.871,95
---	-------------------	-------------------

12. Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório

Consolidado	
2022	2021

Operações em continuidade

Receita / Ingresso	142.031,03	139.872,63
Fornecimento de energia elétrica	38.268,23	51.289,81
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	69.529,60	57.778,69
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	(1.933,44)	(276,57)
Serviços cobráveis	174,16	160,74
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	35.992,48	30.919,96
Outras receitas	-	-

Tributos	(9.722,27)	(11.700,33)
ICMS	(7.191,20)	(9.003,87)
PIS-PASEP	(450,74)	(480,19)
Cofins	(2.080,33)	(2.216,27)
ISS	-	-

Encargos - Parcela "A"	(17.455,44)	(20.010,68)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(12.518,52)	(9.137,60)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(261,39)	(244,23)
Outros encargos	(4.675,53)	(10.628,85)

Receita líquida / Ingresso líquido	114.853,32	108.161,62
---	-------------------	-------------------

Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	(71.174,42)	(69.792,97)
Energia elétrica comprada para revenda	(71.174,42)	(69.792,97)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-

Resultado antes dos custos gerenciáveis	43.678,90	38.368,65
--	------------------	------------------

Custos gerenciáveis - Parcela "B"	(32.091,64)	(28.959,20)
Pessoal e administradores	(9.440,96)	(10.194,89)
Material	(1.411,01)	(1.495,85)
Serviços de terceiros	(9.026,17)	(7.019,68)
Arrendamento e aluguéis	(718,85)	(620,21)
Seguros	(17,55)	(15,17)
Doações, contribuições e subvenções	-	(96,00)
Provisões (reversão)	(618,74)	(343,44)
Perdas na alienação de bens e direitos	(5.064,28)	(2.834,68)

(-) Recuperação de despesas	510,72	1.032,01
Tributos	(102,32)	(79,74)
Depreciação e amortização	(6.772,26)	(6.487,12)
Gastos diversos	(826,50)	(238,79)
Outras Receitas Operacionais	2.483,27	801,74
Outras Despesas Operacionais	(1.086,99)	(1.367,38)

Resultado da Atividade	11.587,26	9.409,45
-------------------------------	------------------	-----------------

Equivalência patrimonial	-	-
---------------------------------	----------	----------

Resultado Financeiro	7.772,92	2.538,26
Despesas financeiras	(374,53)	(380,18)
Receitas financeiras	8.147,45	2.918,44

Resultado antes dos impostos sobre os lucros	19.360,18	11.947,71
---	------------------	------------------

Despesa com impostos sobre os lucros	(2.843,42)	(812,98)
---	-------------------	-----------------

Resultado líquido das operações em continuidade	16.516,76	11.134,73
--	------------------	------------------

Operações descontinuadas	-	-
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	-

Resultado líquido do exercício	-	-
---------------------------------------	----------	----------

Atribuível aos:

Acionistas controladores	-	-
Acionistas não controladores	-	-

Lucro por ação	0,90	0,61
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	0,90	0,61
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
---	----------	----------

básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício Regulatório

	Consolidado	
	2022	2021
Resultado do exercício		
Outros resultados abrangentes	-	-
Reserva de reavaliação	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Ganho líquido sobre instrumentos financeiros	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Equivalência sobre ganhos abrangentes de coligadas	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Previdência Privada – Superávit (Déficit) Atuarial	-	-
Diferenças atuariais	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Efeito de imposto de renda	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	-	-
Atribuível a:		
Acionistas Controladores	-	-
Acionistas Não Controladores	-	-

13. DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/P da
Saldo em 31 de dezembro de 2020	19.882,95	-	4.307,82	-	-	136.644,08	
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	
Aumento de capital social	(248,17)	-	-	-	-	-	
Realização de reservas	-	-	-	-	-	(96,00)	
Reservas de Reavaliação	-	-	(235,38)	-	-	(34,72)	
Destinações	1.696,16	-	-	-	-	-	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	
(+/-) Ajustes Societarios - IFRS	-	-	(141,08)	-	-	-	
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	-	-	-	-	1.098,34	
FATES	-	-	-	-	-	1.031,89	
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	
Dividendo	-	-	-	-	-	-	
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	14.344,62	

Saldo em 31 de dezembro de 2021	21.330,94	-	3.931,36	-	-	152.988,21	
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	
Aumento de capital social	(186,01)	-	-	-	-	-	
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	
Reservas de Reavaliação	-	-	(35,88)	-	-	-	
Destinações	2.939,45	-	-	-	-	-	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	-	(212,69)	-	-	-	
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	
Proventos excedentes da contabilidade societária	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	-	-	-	-	1.547,00	
FATES	-	-	-	-	-	2.034,17	
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	
Dividendo	-	-	-	-	-	-	
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	
Reserva para Fundos de Investimentos	-	-	-	-	-	14.443,50	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.084,38	-	3.682,79	-	-	171.012,88	

14.DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA REGULATÓRIO

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.764,24	23.043,95
Fornecimento de Energia	102.437,47	109.068,50
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	5.360,36	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	35.992,48	30.919,96
Outros Recebimentos Operacionais	77.294,99	80.855,51
Fornecedores - Materiais e Serviços	(33.608,98)	(29.253,91)
Fornecedores - Energia Elétrica	(120.731,61)	(129.401,43)
Salários e Encargos Sociais	(11.069,61)	(10.044,13)
Tributos sobre a Receita - Federais	(2.540,76)	(2.764,29)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(6.644,72)	(8.843,08)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	(3.081,00)	(922,73)
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(24.644,38)	(16.570,45)
Outras Despesas Operacionais	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.689,30)	(15.952,01)
Aquisição de Participações Societárias	-	-
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	(2.689,30)	(15.952,01)
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Proventos Recebidos	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	16.074,94	7.091,94
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2.402,22	-
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	2.402,22	-

Empréstimos e Financiamentos Pagos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	18.477,16	7.091,94
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18.477,16	7.091,94
 DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	 18.477,16	 7.091,94
No início do exercício	61.580,12	54.488,18
No fim do exercício	80.057,28	61.580,12

15. Notas Explicativas Regulatórias

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no

mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão

realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 30 de dezembro de 2012. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de

revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social - nota explicativa nº.15

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS						
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
DESCRIÇÃO	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias		Mais de 60 dias	
Fornecimento de Energia	13.386,67	-	806,39	323,35	-	-	(2.555,65)	-	-	-	164,70	(164,70)	11.960,76	15.298,15
Residencial	4.257,44	-	481,40	153,58	-	-	(1.277,69)	-	-	-	109,20	(109,20)	3.614,73	1.182,82
Industrial	671,33	-	79,84	74,15	-	-	(128,16)	-	-	-	50,30	(50,30)	697,16	689,14
Comercial	1.480,68	-	136,87	54,14	-	-	(282,67)	-	-	-	5,20	(5,20)	1.389,02	2.596,18
Rural	4.067,94	-	106,91	40,60	-	-	(776,61)	-	-	-	-	-	3.438,84	6.701,62
Poderes Públicos	122,57	-	-	-	-	-	(23,39)	-	-	-	-	-	99,18	174,50
Iluminação Pública	139,54	-	1,37	0,88	-	-	(26,63)	-	-	-	-	-	115,16	638,03
Serviço Público	195,13	-	-	-	-	-	(37,25)	-	-	-	-	-	157,88	151,19
Serviço Taxado	17,05	-	-	-	-	-	(3,25)	-	-	-	-	-	13,80	-
Fornecimento Não Faturado	2.513,79	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.513,79	3.241,12
(-) Arrecadação Processo Classif .	(78,80)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(78,80)	(76,45)
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(123,56)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(123,56)	(103,84)
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	13.263,11	-	806,39	323,35	-	-	(2.555,65)	-	-	-	164,70	(164,70)	11.837,20	15.194,31

1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;

a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos a mais de 360 dias.

[illegible]

Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	165.948,47	14.325,52	(2.689,30)	-	-	177.584,69	11.636,22	(71.313,35)	106.271,34	99.798,18	997,80	(34,72)	963,08
Terrenos	805,60	-	-	-	-	805,60	-	-	805,60	805,60	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.825,34	-	-	-	-	3.825,34	-	(1.367,10)	2.458,24	2.603,61	-	-	-
Máquinas e equipamentos	157.140,34	12.592,61	(2.689,30)	-	-	167.043,65	9.903,31	(66.521,26)	100.522,39	95.372,49	997,80	(34,72)	963,08
Veículos	3.801,96	1.732,91	-	-	-	5.534,87	1.732,91	(3.054,84)	2.480,03	1.010,72	-	-	-
Móveis e utensílios	375,23	-	-	-	-	375,23	-	(370,15)	5,08	5,76	-	-	-
Administração	1.444,74	18,97	-	-	-	1.463,71	18,97	(953,50)	510,21	543,38	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	477,33	-	-	-	-	477,33	-	(152,52)	324,81	342,27	-	-	-
Máquinas e equipamentos	485,77	2,47	-	-	-	488,24	2,47	(353,19)	135,05	160,22	-	-	-
Veículos	77,79	-	-	-	-	77,79	-	(77,79)	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	403,85	16,50	-	-	-	420,35	16,50	(370,00)	50,35	40,89	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	167.393,21	14.344,49	(2.689,30)	-	-	179.048,40	11.655,19	(72.266,85)	106.781,55	100.341,56	997,80	(34,72)	963,08

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Trans- ferência (C)	Reava- - liação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Liquidadas (A)-(B)+(C)	Depre- ciação Acumu- lada	Valor Liquido em 31/12/2022	Valor Liquido em 31/12/2021	Obriga- ções Especiais Brutas	Amorti- zação Acumu- lada	Obriga- ções Especiais Liqui- das
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	15.046,63	28.410,85	(25.175,50)	-	-	18.281,98	3.235,35	-	18.281,98	15.046,63	-	-	-
Máquinas e equipamentos	3.610,46	13.677,31	(12.653,00)	-	-	4.634,77	1.024,31	-	4.634,77	3.610,46	-	-	-
Outros	11.436,17	14.733,54	(12.522,50)	-	-	13.647,21	2.211,04	-	13.647,21	11.436,17	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	15.046,63	28.410,85	(25.175,50)	-	-	18.281,98	3.235,35	-	18.281,98	15.046,63	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	182.439,84	42.755,34	(27.864,80)	-	-	197.330,38	14.890,54	(72.266,85)	125.063,53	115.388,19	997,80	(34,72)	963,08

Intangível - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Ativo Intangível em Serviço										
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	230,21	-	-	-	-	230,21	-	(139,07)	91,14	91,14
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	230,21	-	-	-	-	230,21	-	(139,07)	91,14	91,14
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	180,47	-	-	-	-	180,47	-	(97,48)	82,99	82,99
Softwares	180,47	-	-	-	-	180,47	-	(97,48)	82,99	82,99
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	410,68	-	-	-	-	410,68	-	(236,55)	174,13	174,13

Ativo Intangível em Curso							
Geração	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Administração	2,90	-	-	-	-	2,90	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	2,90	-	-	-	-	2,90	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-
Softw ares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2,90	-	-	-	-	2,90	-

Total do Ativo Intangível	413,58	-	-	-	-	413,58	-	(236,55)	177,03	177,03
----------------------------------	--------	---	---	---	---	--------	---	----------	--------	--------

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL no 674 de 2015, são as seguintes

Distribuição

Banco de capacitores (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Chave de distribuição (tensão inferior a 69 kV)	6,67
Condutor do sistema (classe de tensão inferior a 69 kV)	3,57
Estrutura do sistema (Poste)	3,57
Regulador de tensão (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Transformador (tensão inferior a 69 kV)	4,35
Administração central	-
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

A CERIPA não possui contabilização de compensação de variação de custos da Parcela A no exercício de 2022.

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Quota parte de energia nuclear

Em 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, estabelecendo que, a partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, sendo a tarifa dessa energia proveniente da Eletronuclear calculada e homologada anualmente pela ANEEL.

Adicionalmente, o art. 12 da Lei nº 12.111/2009 autoriza a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

iv) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária

Não tivemos diferimento de reajustes tarifários em nossa Permissionária nos exercícios de 2022 e 2021.

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amor- tização	Remu- neração	Transfe- rências	Saldo em 31/12/2022	Valores em Amortizacão	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	3.583,51	9.499,88	(9.634,37)	-	-	3.449,02	-	3.449,02	3.449,02	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	981,32	3.087,07	(2.612,55)	-	-	1.455,84	-	1.455,84	1.455,84	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	2.602,19	6.412,81	(7.021,82)	-	-	1.993,18	-	1.993,18	1.993,18	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	3.583,51	9.499,88	(9.634,37)	-	-	3.449,02	-	3.449,02	3.449,02	-

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2021	Adição	Amortização	Remuneração	Transf-erencias	Saldo em 31/12/2022	Valores em Amortizacao	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	743,95	7.433,89	(3.824,96)	-	-	4.352,88	-	4.352,88	4.352,88	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	363,22	2.808,06	(2.093,22)	-	-	1.078,06	-	1.078,06	1.078,06	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-		
Outros	380,73	4.625,83	(1.731,74)	-	-	3.274,82	-	3.274,82	3.274,82	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	743,95	7.433,89	(3.824,96)	-	-	4.352,88	-	4.352,88	4.352,88	-

Abertura
do
Endivida
mento –
R\$ Mil

Cronograma de Amortização de
Principal e Juros de Longo
Prazo

Luz Para Todos - Fundo Eletrobras - 1ª Tranche	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	29/04/2023	-	Anual	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Linha 07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-
União	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-
União 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
União 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-
Estado 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Município	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-
Dívidas com Fundo de Pensão	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-
Pensão 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pensão 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Agentes do Setor	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-

[illegible]

Fundos DI																							
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Abertura
dos
Instrume
ntos
Derivativ
os – R\$
Mil

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição Contraparte	Data Início	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	R\$ Mil Valor Contratado	Fair Value R\$ Mil
Total Derivativos	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	-	-	-

Composição do
Endividamento e
Dívida Líquida -
R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	2021	Total 2020
Dívida Bruta	-	2.402,22	-	2.402,22	-
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. /	-		-		-

Emprést. Moeda Nacional		2.402,22		2.402,22	
Tributária	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrassetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrassetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	(80.057,28)	-	(80.057,28)	(61.580,12)
Alta Liquidez	-	(80.057,28)	-	(80.057,28)	(61.580,12)
Demais Aplicação	-	-	-	-	-

s Financeir as					
Derivativ os a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresa s Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	-	(77.65 5,06)	-	(77.65 5,06)	(61.58 0,12)

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A CERIPA não possui imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias nos exercícios 2022 e 2021.

Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2021	-	2.660,29	205,20	-	-	-	2.865,49
Constituição	-	481,57	-	-	-	-	481,57
Baixas/reversão		-	-	-	-	-	-
Atualização	-	-	9,00	-	-	-	9,00
Saldos em 31/12/2021	-	3.141,86	214,20	-	-	-	3.356,06

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Obrigações Especiais - R\$ Mil					
Em serviço	0,00	715,55	-	-	715,55
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	602,39	-	-	602,39
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	113,16	-	-	113,16
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	0,00%	282,25	-	-	282,25
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	282,25	-	-	282,25
(-) Amortização Acumulada - AIS	0,00	(34,72)	-	-	(34,72)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	(34,72)	-	-	(34,72)

Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	0,00%	963,08	-	-	963,08

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

[illegible]

Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	(34,72)	-	-	-	-	(34,72)	-	-	(34,72)	(34,72)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	(34,72)	-	-	-	-	(34,72)	-	-	(34,72)	(34,72)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	680,83	-	-	-	-	680,83	-	-	680,83	680,83

Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	282,25	-	-	-	-	282,25	-	-	282,25	282,25
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	282,25	-	-	-	-	282,25	-	-	282,25	282,25
Total	282,25	-	-	-	-	282,25	-	-	282,25	282,25

Obrigações Especiais Controladas por data de aquisição:

	Valor Bruto em 31/12/2022	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2022
Obrigações Especiais - R\$ Mil			
Em Serviço			
Participação da União, Estados e Municípios			
Participação Financeira do Consumidor			
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido			
Programa de Eficiência Energética - PEE			
Pesquisa e Desenvolvimento	997,80	(34,72)	963,08
Data de aquisição: Anterior a 31/12/2020	997,80	(34,72)	963,08
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica			
Valores Pendentes de Recebimento			
Valores Não Aplicados			
Outros			
Ultrapassagem de demanda	-	-	-
Data de aquisição:	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-
Data de aquisição:	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias			
Outros			
Total	997,80	(34,72)	963,08

Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 representa R\$ 24.084,38 (Reais/mil), sendo composto por 24.084,38 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 1,00 cada, com a seguinte composição:

Cooperados	Cotas	%
NILTON MAIA SAMPAIO	10,00	0,04%
JOÃO BATISTA CARDOSO	10,00	0,04%
JOSÉ CARLOS FERNANDEZ	10,00	0,04%
NICOLAAS PETRUS PLECHELMUS VELDT	10,00	0,04%
DEMAIS COOPERADOS	24.044,38	99,83%
Total	24.084,38	100,00%

Reserva de Capital, Reserva de Lucros e Reserva de Sobras

A composição das Reservas de Capital, Reserva de Lucros e Reserva de Sobras, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

Reservas de Capital

	2022	2021
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	-	-
Total	-	-

Reservas de lucros

	2022	2021
Reserva legal	-	-
Lucros a realizar	-	-
Reservas Estatutárias	-	-
Reserva para investimentos	-	-
Total	-	-

Reservas de Sobras

	2022	2021
Reserva legal	28.029,22	26.482,22
FATES	13.324,14	11.289,97
Fundo de Desenvolvimento	126.417,94	112.538,63
Reserva Especial	2.415,53	1.851,34
Reservas Estatutárias	826,05	826,05
Total	171.012,88	152.988,21

	2022	2021
Outros Resultados Abrangentes	3.682,79	3.931,36
Capital Social	24.084,38	21.330,95
Sobras e Perdas a Disposição da Assembléia	13.148,26	9.335,89
Total do Patrimônio Líquido	211.928,31	187.586,41

Além disso, a Outorgada com base na Lei 5764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal e 5% de Reserva para FATES, sendo que o lucro líquido com não associados sua destinação é 100% para o FATES.

Receita Operacional Bruta

	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
Receita Bruta	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Fornecimento - Faturado	14.133	12.600	152.020	166.049	103.164,75	105.288,02
Residencial	10.567	9.156	25.259	24.312	22.768,01	22.294,95
Industrial	43	36	4.409	10.312	3.963,03	7.490,26
Comercial	597	564	12.105	11.731	10.810,88	10.764,37
Rural	2.793	2.718	103.475	113.298	61.161,66	60.478,31
Poder público	57	55	2.004	1.897	1.426,72	1.352,94
Iluminação pública	53	50	2.413	2.326	1.135,60	1.198,04
Serviço público	23	21	2.355	2.173	1.898,85	1.709,15
Suprimento Faturado	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	48	8	18.574	8.814	69.529,60	57.778,70
Consumidores Cativos	-	-	-	-	64.169,24	54.996,85
Consumidores Livres	48	8	18.574	8.814	5.360,36	2.781,85
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	-	-
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	-	-	-	-	-	-
(-) Transferências	-	-	-	-	(64.169,24)	(54.996,85)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatorias	-	-	-	-	-	-
(-) Trsf p/ TUSD - Consumidores Cativos	-	-	-	-	(64.169,24)	(54.996,85)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	-	-	-	-	-	-
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	(727,28)	998,63
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	-	-
Total	14.181	12.608	170.594	174.863	107.797,83	109.068,50

Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica– CCEE

No exercício de 2021 a CERIPA não efetuou operações de compra e venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Contratamos para o exercício de 2022 o montante de 52,86 MWh com a CPFL Santa Cruz. Já com a ELEKTRO não contratamos energia. Para completar e atender a necessidade da CERIPA foi utilizada a energia contratada no Mercado Livre, cuja supridora foi a empresa CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.. O total de energia adquirido de nossos fornecedores foi de 186,19 MWh.

Pessoal e Administradores

	2022	2021
Pessoal	8.670,13	9.503,39
Remuneração	3.238,96	4.644,96
Encargos	2.876,44	2.724,45
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	120,18	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	2.328,75	2.012,53
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	105,80	121,45
Administradores	770,83	691,50
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	770,83	691,50
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	9.440,96	#####

Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2022	2021
Sobras (Perdas) antes do imposto de renda e contribuição social	19.360,18	11.947,71
Ajustes Efeitos IFRS	212,68	235,38

Lucro Ajustado	19.572,86	12.183,09
Ajustes Lalur	(11.139,28)	(9.721,39)
Base de Calculo Fiscal	8.433,58	2.461,70
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	2.843,42	812,98
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	2.843,42	812,98

Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

Em virtude da empresa ser uma Permissionária, onde apenas apresentamos as atividades de Distribuição e Administração, não reconhecemos a necessidade de preenchimento desse quadro referente as Demonstrações do Resultado do Exercício segregados por atividade.

Revisão Tarifária Periódica

No ano de 2012, mais precisamente no mês de fevereiro, nossa Permissionária deveria estar concluindo sua primeira Revisão Tarifária Periódica.

Ocorre que, por impasse entre o Órgão Regulador e as Permissionárias, tal metodologia atrasou até meados de 2013, sendo que por duas vezes tivemos nossa tarifa de 2011 prorrogada por um ano.

Tal ação acabou por criar uma diferença grande entre a tarifa de 2011 e a de 2012, publicada, no nosso caso em 2014.

Vale salientar a grande dificuldade enfrentada por nossa Permissionária, haja vista a adaptação a uma baixa remuneração imposta pela metodologia, associado à vigência retroativa da mesma, ocasionado pelo atraso de sua publicação.

Em 30/04/2017 nossa Empresa encerrou o seu segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica, na qual seu resultado foi incorporado ao Reajuste Tarifário Anual de 2017.

Em virtude da aplicação do módulo 8.4 do PRO-RET, o nosso processo não mais diferencia revisão de reajuste tarifário.

Reajuste Tarifário Anual

No dia 26/04/2022 foi publicada nossa Tarifa para o ciclo 2022/2023, com vigência a partir de 29/04/2022, através da Resolução Homologatória ANEEL No. 3.029/2022, com reajuste médio de 9,92% (nove vírgula noventa e dois por cento).

A presente revisão efetuou a nova composição de nossa PARCELA B.

Já com relação à Parcela A, absorveu o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais determinado à nossa Empresa.

Referente aos itens financeiros, além da Neutralidade da Parcela A, houve o encontro de contas das Bandeiras Tarifárias Credoras, faturadas por determinação legal e, por não terem sido requeridas pela Geração Térmica do Brasil, são devolvidas em forma de desconto nesse novo ciclo tarifário.

Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão

Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

Devido a empresa ter optado em seu processo de Revisão Tarifária pelo Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET) Submódulo 8.4, deixamos de apresentar o preenchimento do quadro abaixo relativos ao CAIMI no exercício de 2018.

Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Concessionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTTP anterior e o CRTTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros

16. Notas Conciliatórias Societárias X Regulatória

Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Descrição	Nota	2022			2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativos							
Ativo circulante		105.623,02	-	105.623,02	87.694,98	-	87.694,98
Caixa e equivalentes de caixa		80.057,28	-	80.057,28	61.580,12	-	61.580,12
Consumidores	14.1	11.960,76	-	11.960,76	15.298,15	-	15.298,15
Concessionárias e permissionárias		(123,56)	-	(123,56)	(103,84)	-	(103,84)
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		4.818,80	-	4.818,80	1.513,50	-	1.513,50
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		904,08	-	904,08	1.515,06	-	1.515,06
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-

Ativos financeiros setoriais	14.2	3.449,02	-	3.449,02	3.583,51	-	3.583,51
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		4.556,64	-	4.556,64	4.308,48	-	4.308,48
Ativo não circulante		132.868,06	(3.682,79)	129.185,27	122.176,97	(3.931,36)	118.245,61
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		1.291,28	-	1.291,28	1.143,34	-	1.143,34
Depósitos judiciais e cauções		41,60	-	41,60	41,60	-	41,60
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		6.294,62	-	6.294,62	5.426,81	-	5.426,81
Imobilizado	14.4	125.063,53	(125.063,53)	-	115.388,19	(115.388,19)	-
Intangível	14.5	177,03	121.380,74	121.557,77	177,03	111.456,83	111.633,86
Total do ativo		238.491,08	(3.682,79)	234.808,29	209.871,95	(3.931,36)	205.940,59

Passivo							
Passivo circulante		22.243,63	-	22.243,63	18.456,97	-	18.456,97
Fornecedores		6.473,15	-	6.473,15	9.465,91	-	9.465,91
Empréstimos, financiamentos e debêntures		2.402,22	-	2.402,22	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		1.322,19	-	1.322,19	1.477,77	-	1.477,77
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		510,82	-	510,82	329,63	-	329,63
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		1.484,61	-	1.484,61	4.703,42	-	4.703,42
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	4.352,88	-	4.352,88	743,95	-	743,95
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		5.697,76	-	5.697,76	1.736,29	-	1.736,29
Passivo não circulante		4.319,14	-	4.319,14	3.828,57	-	3.828,57
Fornecedores		-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	-	-	-
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-	-
Provisão para litígios		3.356,06	-	3.356,06	2.865,49	-	2.865,49
Encargos setoriais		-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-

Passivos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		963,08	-	963,08	963,08	-	963,08
Total do passivo		26.562,77	-	26.562,77	22.285,54	-	22.285,54

Patrimônio líquido							
Capital social		24.084,38	-	24.084,38	21.330,95	-	21.330,95
Reservas de capital		-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes		3.682,79	(3.682,79)	-	3.931,36	(3.931,36)	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	-	-	-	-	-
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-
Reserva de sobras		171.012,88	-	171.012,88	152.988,21	-	152.988,21
Sobras à disposição da Assembleia		13.148,26	-	13.148,26	9.335,89	-	9.335,89
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		211.928,31	(3.682,79)	208.245,52	187.586,41	(3.931,36)	183.655,05
Total do passivo e do patrimônio líquido		238.491,08	(3.682,79)	234.808,29	209.871,95	(3.931,36)	205.940,59

2022	2021
-------------	-------------

	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		142.031,03	-	142.031,03	139.872,63	-	139.872,63
Fornecimento de energia elétrica		38.268,23	-	38.268,23	51.289,81	-	51.289,81
(-) Transferências		-	-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		69.529,60	-	69.529,60	57.778,69	-	57.778,69
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais		(1.933,44)	-	(1.933,44)	(276,57)	-	(276,57)
Serviços cobráveis		174,16	-	174,16	160,74	-	160,74
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		35.992,48	-	35.992,48	30.919,96	-	30.919,96
Outras receitas vinculadas		-	-	-	-	-	-
Tributos		(9.722,27)	-	(9.722,27)	(11.700,33)	-	(11.700,33)
ICMS		(7.191,20)	-	(7.191,20)	(9.003,87)	-	(9.003,87)
PIS-PASEP		(450,74)	-	(450,74)	(480,19)	-	(480,19)
Cofins		(2.080,33)	-	(2.080,33)	(2.216,27)	-	(2.216,27)
ISS		-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		(17.455,44)	-	(17.455,44)	(20.010,68)	-	(20.010,68)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(12.518,52)	-	(12.518,52)	(9.137,60)	-	(9.137,60)
Programa de Eficiência Energética – PEE		-	-	-	-	-	-
Taxa de fiscalização		(261,39)	-	(261,39)	(244,23)	-	(244,23)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-	-

Outros encargos		(4.675,53)	-	(4.675,53)	(10.628,85)	-	(10.628,85)
Receita líquida / Ingresso líquido		114.853,32	-	114.853,32	108.161,62	-	108.161,62
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(71.174,42)	-	(71.174,42)	(69.792,97)	-	(69.792,97)
Energia elétrica comprada para revenda		(68.747,33)	-	(68.747,33)	(68.345,15)	-	(68.345,15)
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfra		(2.427,09)	-	(2.427,09)	(1.447,82)	-	(1.447,82)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		43.678,90	-	43.678,90	38.368,65	-	38.368,65
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(32.091,64)	212,68	(31.878,96)	(28.959,20)	235,38	(28.723,82)
Pessoal e administradores (inclui 320,34 de remuneração a administradores)		(9.440,96)	-	(9.440,96)	(10.194,89)	-	(10.194,89)
Entidade de previdência privada		-	-	-	-	-	-
Material		(1.411,01)	-	(1.411,01)	(1.495,85)	-	(1.495,85)
Serviços de terceiros		(9.026,17)	-	(9.026,17)	(7.019,68)	-	(7.019,68)
Arrendamento e aluguéis		(718,85)	-	(718,85)	(620,21)	-	(620,21)
Seguros		(17,55)	-	(17,55)	(15,17)	-	(15,17)
Doações, contribuições e subvenções		-	-	-	(96,00)	-	(96,00)
Provisões		(618,74)	-	(618,74)	(343,44)	-	(343,44)
Perda na alienação de bens e direitos		(5.064,28)	-	(5.064,28)	(2.834,68)	-	(2.834,68)
Recuperação de despesas		510,72	-	510,72	1.032,01	-	1.032,01
Tributos		(102,32)	-	(102,32)	(79,74)	-	(79,74)
Depreciação e amortização		(6.772,26)	212,68	(6.559,58)	(6.487,12)	235,38	(6.251,74)
Gastos diversos da atividade vinculada		(826,50)	-	(826,50)	(238,79)	-	(238,79)
Outras Receitas Operacionais		2.483,27	-	2.483,27	801,74	-	801,74

Outras Gastos Operacionais		(1.086,99)	-	(1.086,99)	(1.367,38)	-	(1.367,38)
Resultado da Atividade		11.587,26	212,68	11.799,94	9.409,45	235,38	9.644,83
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		7.772,92	-	7.772,92	2.538,26	-	2.538,26
Despesas financeiras		(374,53)	-	(374,53)	(380,18)	-	(380,18)
Receitas financeiras		8.147,45	-	8.147,45	2.918,44	-	2.918,44
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		19.360,18	212,68	19.572,86	11.947,71	235,38	12.183,09
Despesa com impostos sobre os lucros		(2.843,42)	-	(2.843,42)	(812,98)	-	(812,98)
Resultado líquido das operações em continuidade		16.516,76	212,68	16.729,44	11.134,73	235,38	11.370,11
Operações descontinuadas							
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício		16.516,76	212,68	16.729,44	11.134,73	235,38	11.370,11
Atribuível aos:							
Acionistas controladores		-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação							
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		0,90	0,01	0,91	0,62	(0,01)	0,61
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade							
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-

Consumidores

Não houveram ajustes na rubrica Consumidores.

Ativos financeiros da concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

Imobilizado

Reavaliação compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação do 1º ciclo de revisão tarifária periódica, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

Intangível

Reavaliação compulsória

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

Depreciação

Não houveram ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória

Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Reavaliação compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.

Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Remuneração de ativo financeiro (ICPC 01).

Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve efeitos de contabilização de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (ICPC 01).

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2022	2021
Saldos no final do exercício (societário)	208.245,52	183.655,05
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	3.682,79	3.931,36
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	3.682,79	3.931,36
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	-	-
Reserva de Capital - Efeitos IFRS	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-
Sobras / Perdas à Disposição da Assembleia	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim do exercício (regulatório)	211.928,31	187.586,41

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais e Sobras/Perdas a Disposição da Assembleia, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2022	2021
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	16.729,44	11.370,11
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(212,68)	(235,38)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	(212,68)	(235,38)

Anulação Não Operacional	-	-
(-) Estorno Efeitos IFRS - Exercícios Anteriores		
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	16.516,76	11.134,73

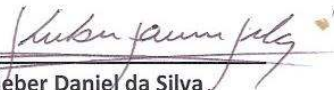
Depreciação - Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2022, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 28/04/2023 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil), com 2 casas decimais.


 Peter Johannes Beckers
 Presidente


 Hugo Ferraz da Silveira
 Gerente Geral


 Kleber Daniel da Silva
 Contador
 CRC 1SP181385/O-4

17. PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Eletrificação Rural de Itaipu-Paranapanema-Avaré Ltda. "CERIPA", tendo examinado todas as contas cuidadosamente, bem como as Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício de 2022, e achando tudo certo e na mais perfeita ordem, opinam favoravelmente pela sua aprovação.

Itaipu, 31 de dezembro de 2022.



João Batista Cardoso
Conselho Fiscal



Gerardus Maria Van den Boomen
Conselho Fiscal



Nilton Maia Sampaio
Conselho Fiscal

18.Parecer do Auditor Independente Regulatório

Aos cooperados e administradores da

Cooperativa de Eletrificação Rural de Itaí –

Paranapanema – Avaré Ltda. – CERIPA

Itaí SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cooperativa de Eletrificação Rural de Itaí – Paranapanema – Avaré Ltda. – CERIPA (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Cooperativa com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Eletrificação Rural de Itaí – Paranapanema – Avaré Ltda. – CERIPA em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais

responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentarmos nossa opinião.

Ênfase – Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos atenção para a nota explicativa 3, às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Cooperativa a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras

A Cooperativa preparou demonstrações financeiras separadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (demonstrações financeiras societárias), sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 04 de fevereiro de 2022.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável,

os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidade dos Auditores Independentes pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 10 de Fevereiro de 2023.

Moore Stephens Prisma Auditores Independentes

CRC 2SP17256/O-3

Octávio Bution Neto

CRC 1SP243568/O-1